



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2571/15	DATA: 26/11/2015	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 09h53min	TÉRMINO: 14h12min	PÁGINAS: 92

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO BOMFIGLIO - Diretor do Instituto Brasileiro de ética Concorrencional – ETCO.
ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE.
ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Subchefe de Inteligência Operacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, representando o Ministério da Defesa.
RIVAIL CERQUEIRA - Professor da FGV Internacional.
MAURÍCIO RASI - Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, representando o Ministério da Justiça.
WILLIAM TETSUO TEIXEIRA IWAKIRI - Procurador da República no Município de Foz do Iguaçu/PR.
MARCELO RAMOS ARAÚJO - Chefe da Divisão da América Meridional III, representando o Ministério das Relações Exteriores.
MURILO JOSÉ PERINI DA SILVA BRAGA - Coordenador de Fiscalização e Repressão e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, representando o Ministério da Fazenda/Receita Federal.
HUGO DE BARROS CORREIA - Coordenador-Geral da Polícia Fazendária, representando o Departamento de Polícia Federal.
MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA - Chefe da Divisão de Operações de Inteligência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
SILVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO - Presidente do SINDIRECEITA.
EDSON LUIZ VISMONA - Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade – FNCP.
LUCIANO STREMEL BARROS - Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras – IDESF.
WALTOEDSON DOURADO DE ARRUDA - Auditor da Receita Federal – SINDIFISCO.

SUMÁRIO

Debate sobre o Plano Estratégico de Fronteiras, definido pelo Decreto nº 7.496, de 8 de Junho de 2011.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Esta reunião de audiência pública, com a participação da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, foi convocada para o debate sobre o Plano Estratégico de Fronteiras, definido pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011.

Esclareço que, para o ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios. Devido ao grande número de convidados, para melhor acomodá-los, formaremos uma mesa de abertura e três mesas de debate;

Os convidados dispõem de 10 minutos, com a tolerância da Mesa para poder fazer a conclusão. O tempo normal seria de 20 minutos para a exposição. Nós teremos 10 com uma tolerância para que seja feita uma conclusão.

A grande vantagem e grande inovação desta audiência é exatamente a sua complexidade pelas diferentes abordagens que nós queremos dar nas três mesas com o tema das fronteiras. Por isso eu acho que essa audiência pública tem o potencial de ser extremamente útil para o País e, principalmente, para o Parlamento na elaboração das políticas públicas que tratam do tema.

Em um primeiro momento, o tema das fronteiras sempre foi visto por um viés quase que exclusivamente da segurança pública. A fronteira representava um desafio e, na maioria das vezes, um grande problema para a segurança.

Principalmente depois da crise econômica que se instalou no Brasil, se começou a ver a fronteira sob o prisma econômico, sob o prisma do contrabando, das receitas que são desperdiçadas para o País.

Essa é uma visão particular que temos levado adiante e que hoje, com os vários depoimentos, imaginamos que poderemos consolidar ainda mais essa posição.

No momento de grave crise em que vive o Brasil, em que as receitas estão caindo, em que a arrecadação está caindo, o Governo brasileiro procura implementar talvez uma única agenda para enfrentar a crise que é aumentar impostos, aumentar impostos de um setor produtivo que já está sufocado, de um cidadão que não aguenta pagar mais.



Nós estamos assim oferecendo através desse trabalho de fortalecimento de fronteiras, uma alternativa ao Governo, que melhor do que arrecadar aumentando imposto, é combater a sonegação. Dinheiro público não cai do céu. Quem quer arrecadar mais pode ir para um lado, pode ir para outro, mas só vão ficar em duas alternativas: ou aumentam o imposto de quem já paga ou aumenta a base, fazendo quem não paga começar a pagar, ou seja, combater a sonegação.

Hoje os dados dos vários institutos que estão aqui — o Fórum Nacional de Combate à Pirataria, com o Sr. Vismona; o IDESF, com o Sr. Luciano Barros; o ETCO, com o Sr. Fernando Bomfiglio — demonstram em suas pesquisas que chegamos a números de aproximadamente 100 bilhões de reais por ano desperdiçados com o contrabando e perda dessas receitas.

Vários desses temas serão abordados na presença das Forças Armadas, do Ministério das Relações Exteriores, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria da Receita do Brasil. Eles são componentes que muitas vezes falam de forma isolada, mas que aqui teremos a capacidade de fazer esse diálogo mediado pelo Parlamento, o que é a vocação desta instituição.

Não quero e jamais irei me arvorar no domínio técnico da matéria. Quem domina a matéria em suas diferentes abordagens são as senhoras e os senhores que irão falar aqui hoje porque isso faz parte do seu dia a dia há anos.

A missão do Parlamento sim é liderar um processo de transformação, é estender a mãos, é abrir a porta através dessas audiências públicas para poder absorver aquilo que vocês têm a agregar e, a partir daí, termos a capacidade de liderar esse processo de transformação da nossa legislação e, muito mais do que da legislação — é o que eu penso —, principalmente das práticas.

O grande desafio não é mudar a lei. Mudar a lei é a parte mais fácil. O grande desafio é mudar o homem, mudar a cultura, mudar a sociedade que hoje muitas vezes vê o crime de contrabando como um crime inofensivo. Há uma grande tolerância com esses pequenos desvios porque se conhece só a casca, a parte superficial do problema. Quando se fala em contrabando, a primeira imagem que vem à mente do brasileiro é de uma pessoa, muitas vezes um menor de idade, vendendo um CD pirata, um DVD pirata, na praia ou nas calçadas. A primeira



impressão do brasileiro é de pena, caridade. É melhor estar trabalhando do que roubando. É assim que se fala no coloquial.

O que não se percebe por trás daquela casca é que há financiamento ao narcotráfico, há um grande impacto no mercado de trabalho formal, gerando desemprego, há risco à integridade, à saúde e à vida dos consumidores, há prejuízo ao bom ambiente de negócio, um impacto na segurança jurídica de investimentos exteriores que não confiam no sentimento do Brasil.

Há um problema ideológico. O Ministério de Relações Exteriores está aqui, a relação com o Paraguai. Até que ponto a ideologia e a vontade de manter uma boa vizinhança têm prejudicado e sacrificado o setor produtivo?

São questionamentos que nós todos iremos abordar. Agradeço a presença dos senhores e senhoras que fazem dessa audiência pública uma das mais concorridas. Audiência pública nesta Casa — os Consultores que vivem o dia a dia sabem disso — é sinônimo de dia tranquilo, de Casa vazia. Hoje não. Isso é uma prova de que esse tema tem assumido protagonismo. Tenho certeza de que teremos a capacidade de ser úteis ao Brasil e ao Parlamento.

Convido para compor a mesa de abertura, representando o Diretor do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial — ETCO, Fernando Bomfiglio. Seja bem-vindo. Para a primeira mesa, temos a defesa das fronteiras. Serão três temas. Na primeira mesa o tema é a defesa das fronteiras, relações bilaterais e a questão da Justiça no contrabando.

Na segunda mesa, teremos a política governamental para as fronteiras, a defesa dos interesses da sociedade e a fiscalização.

Na terceira e última mesa, teremos os temas relação com os países vizinhos, policiamento, ilegalidade no país e desenvolvimento social nas regiões de fronteiras.

Para compor a primeira mesa, convido ainda o General Álvaro Gonçalves Wanderley, Subchefe de Inteligência Operacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, representando o Ministério da Defesa. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil — AJUFE. Os juizes federais estão em alta no Brasil. Parabéns pelo trabalho que vêm desempenhando os senhores!



Convido também o Sr. Marcelo Ramos Araújo, Chefe da Divisão da América Meridional III, representando o Ministério de Relações Exteriores.

Vamos convidar o Sr. Maurício Rasi, Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando o Ministério da Justiça.

Vamos começar com essa mesa. Na sequência, por orientação do Sr. Fernando Bomfiglio, nosso presidente de honra da mesa, podemos convidar o Sr. Rivail Cerqueira, Professor da FGV internacional, para que possa compor essa primeira esta primeira Mesa. (*Palmas.*) E faremos as substituições nas próximas. Por que compor a Mesa? Porque, de repente, não poderemos ter a Mesa seguinte com cinco ou seis nomes, até porque não caberiam aqui conosco.

Por solicitação, em virtude de compromissos assumidos, o primeiro a falar será o Sr. Antônio César Bochenek, depois da fala inicial do Sr. Fernando Bomfiglio, para fazer a saudação aos senhores, em nome do ETCO. Ele é o Presidente de Honra da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando, representando o ETCO. Em seguida, iniciaremos os trabalhos da Mesa.

O SR. FERNANDO BOMFIGLIO - Bom dia a todos. Obrigado, Exmo. Sr. Presidente desta Mesa e Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, Deputado Efraim Filho. Cumprimento-o rapidamente, na medida em que nós temos aqui pessoas proeminentes nas suas áreas de atuação, acima de tudo, os nossos colegas de Mesa, destacadamente, com os cumprimentos superlativos, quem me ladeia aqui, o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Dr. Antônio César Bochenek, que desempenha um papel importante nesse trabalho para a consolidação da democracia que está sendo feito neste momento no Brasil.

E, antes de passar diretamente a palavra, dada a condição de termos aqui diversos participantes, farei somente um comentário — depois, voltarei com uma apresentação de conteúdo específico —, para dizer para os senhores, para aqueles que estão aqui presentes e para aqueles que neste momento nos acompanham pela Internet e pela TV Câmara, que hoje é um dia simbólico para esta Casa e para todos nós que estamos aqui. Apesar das lutas individuais e das questões particulares de associações de classe ou de áreas que aqui estão neste momento, existe hoje, notadamente, uma questão de integração de princípios e vontades para o combate a



uma coisa específica, uma maldade que assola este País, que é o contrabando, a falsificação, a pirataria e todos aqueles crimes que ameaçam a nossa cidadania e a proteção ao cidadão brasileiro.

Eu fico me perguntando se nós aqui presentes não gostaríamos de ter ganhado o prêmio da Mega-Sena, Deputado Efraim Filho, 200 milhões de reais, de forma lícita, diga-se de passagem, 200 milhões de reais. Talvez nunca tenhamos tido tanta gente nas filas das lotéricas tentando a sorte, com a vontade de ali resgatar ou cumprir as suas esperanças, os seus planos de vida pessoais e familiares.

A questão de fundo desta colocação, até certo ponto irônica, é que, a despeito de qualquer outra questão de segurança pública ou outro problema mais afeto aos cidadãos, aos empresários e à ordem deste País, nós estamos deixando de... Não são os 200 milhões, que uma loteria cumpriu, no dia de ontem. Mas eu imagino que qualquer um de nós, empresas e associações, gostariam de ter à sua disposição, de forma lícita, 100 bilhões de reais, que é o que é evadido dos cofres públicos e que os nossos colegas aqui, tanto os funcionários da Receita, os auditores, os agentes, os analistas, quanto os policiais rodoviários federais, os policiais federais, os integrantes das Forças Armadas, todos entendem que seria importante para o desenvolvimento das suas carreiras, o desenvolvimento das nossas atividades e, acima de tudo, da cidadania.

Esta aqui é uma Casa de cidadania, porque aqui há representantes do povo, e o povo não pode ser mais lesado na sua condição de dignidade da pessoa humana, pelo lado, vamos dizer, constitucional da sua existência, e nem podemos, no nosso País, que, ainda pobre, precisa de recursos, abdicar de 100 bilhões de reais. Enquanto estamos discutindo questões mais laterais ou querelas partidárias e ideológicas, nós temos condições de resgatar esse dinheiro, com o trabalho — por isso, a simbologia — contundente, animado, focado e conjunto de todas as partes aqui presentes.

Nós não podemos mais tolerar inoperância e falta de visão prática para um tema recorrente há muitos anos no Brasil. E tenho certeza de que, ao passar a palavra ao Presidente da AJUFE, ele, em seu discurso, pela esfera jurídica e pelo



ordenamento dessa questão, vai nos brindar com boas palavras, como tem feito recorrentemente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil — AJUFE, pelo prazo de 10 minutos, com a tolerância da Mesa para as conclusões.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK - Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes nesta importante sessão de trabalhos aqui na Casa do Povo Brasileiro, espaço democrático e legítimo para a discussão dos temas mais relevantes para o País, na pessoa do Deputado Federal Efraim Filho, que é o Presidente dessa importante Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, e também todos os Parlamentares que integram esta Comissão.

Quero cumprimentar também o Fernando Bomfiglio, que é o Diretor do ETCO, importante instituto, que tem demonstrado e trabalhado para que esses temas possam ser tratados como merecem tanto pela sociedade quanto pelo Parlamento. Cumprimento, ainda, os componentes da Mesa, o Subchefe de Inteligência Operacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Dr. Álvaro Gonçalves Wanderley, e também o professor da FGV, Rivail Cerqueira.

Eu gostaria também de fazer uma saudação especial ao Juiz Federal Marcelo Cardoso, aqui também acompanhando esta sessão de trabalhos, que foi Juiz Federal em Foz do Iguaçu, uma região de fronteiras, onde tive a oportunidade, depois, de sucedê-lo na 2ª Vara Federal Criminal. E posso dizer que, talvez, o fato de eu estar aqui hoje esteja intimamente relacionado àqueles 3 anos em que pude presenciar, diuturnamente, as questões de fronteira que ocorriam na cidade de Foz do Iguaçu, que é a maior cidade de fronteira do Brasil, tríplice fronteira. Nós temos, com certeza, os maiores focos de contrabando e falsificação passando por aquela região.

Então, essa experiência em Foz do Iguaçu, essa experiência, principalmente, de vida, relacionada à judicatura que exerci naquele momento, naquela região, fez-me passar, ao longo dos anos, por grandes reflexões acerca do tema. E posso dizer aqui que essas reflexões que pretendo compartilhar com todos não estão intimamente relacionadas à dogmática, ao Direito, aos textos legais, mas, sobretudo, eu gostaria de compartilhar a experiência de um observador e um participante ativo



desse processo, que é o processo de repressão, podemos dizer assim, a toda criminalidade que envolve esses delitos que estão presentes principalmente nas fronteiras.

E, abordando esse tema da repressão, o que nós temos observado, e observado com muita intensidade, nos últimos anos? Todo o aparato estatal, sejam as Forças Armadas, seja o Ministério Público, a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a Receita Federal, o Judiciário, tem desenvolvido e tem aprimorado o seu trabalho em relação à falsificação e ao contrabando. Mas toda essa evolução que temos nos últimos anos é insuficiente para dar conta de todo esse montante, como o Fernando bem salientou aqui, de recursos públicos que deixam de entrar para o Estado brasileiro.

Então, a constatação primeira a que nós podemos, de uma maneira bastante ampla e assertiva, chegar é a de que o aparato estatal tem evoluído, mas é limitado, ou seja, nós não temos recursos públicos para colocar lá mais fiscais da Receita, mais policiais, mais procuradores, mais integrantes das Forças Armadas, mais juízes, para dar conta de todo esse sistema. Então, essa limitação do Estado, ainda mais no momento em que nós vivemos, neste ano, principalmente, de crises de diversas ordens, principalmente uma crise econômica, inviabilizam o melhor aparelhamento do Estado, que possibilitaria, então, uma atividade repressora do Estado.

Eu fiz esse enfoque para dizer o seguinte: se nós temos uma evolução no sistema estatal, mas, ao lado disso, nós temos uma limitação dos recursos do Estado para avançarmos mais, nós não temos mais tempo, pelo menos a curto e médio prazo, para tão somente focarmos nossas atividades nas ações estatais.

Por isso, como o Fernando, o Deputado Efraim, nós temos nos encontrado em alguns eventos que tratam desse tema, eu tenho defendido principalmente a questão da importância de a sociedade civil organizada estar presente nesse debate, não só estar presente, mas ser parceira de uma forma integrada, de forma que a interação possa ser cada vez mais presente, no sentido de juntar forças para que nós possamos diminuir esses casos de fraude, contrabando, enfim, toda a criminalidade que possa existir.



Ou seja, nós mudaríamos o foco, que até hoje está principalmente na repressão, e passaríamos, com isso, a focar principalmente em prevenção, pela utilização dos recursos estatais em prevenção e também pela conjunção de forças do Estado e da sociedade civil organizada para trabalhar na prevenção.

A prevenção é, com certeza, muito mais benéfica. Quando nós pensamos: *“Eu tenho que ter uma qualidade de vida melhor, eu vou chegar a uma certa idade, eu vou me alimentar melhor, vou procurar o médico”*, e nós podemos constatar isso na vida de cada um de nós, o que nós estamos fazendo? Eu estou fazendo uma prevenção daquilo que eu vou ter no futuro. A prevenção é sempre melhor do que a repressão, do que tratar as causas, curar os malefícios causados pela criminalidade, mesmo quando se trata da minha vida particular, em termos de saúde. O próprio Estado, na área de saúde, tem um viés voltado à prevenção, à medicina preventiva.

Então eu penso que esse enfoque é fundamental, seja pela finitude dos recursos estatais, seja também por aquilo que nós verificamos ao final dos processos judiciais criminais, quando nós não temos, com a repressão, uma resposta satisfatória que tenha, sobretudo, um caráter pedagógico, que iniba, ou dificulte, ou evite que essa criminalidade seja replicada, reproduzida.

Ao contrário, julgamos em Foz do Iguaçu inúmeros casos de contrabando, de falsificação. Parece, e desculpem-me pela expressão forte que eu utilizarei, que as pessoas são substituídas como se fossem objetos, coisas, porque, quando se prende uma pessoa, toda a organização criminosa em volta do contrabando, da fiscalização vai buscar outra pessoa para que, naquele lugar, produza, continue a reproduzir os trabalhos da organização criminosa.

Então eu gostaria, em rápidas palavras, obedecendo ao comando do Deputado Efraim em relação ao tempo de cada um dos expositores, deixar algo registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para orientar o senhor e os demais, quero dizer que ali ao lado há como controlar o próprio tempo. Fique tranquilo, o senhor está cumprindo à risca o que foi colocado.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK - Isso mesmo, o primeiro objetivo preventivo de qualquer expositor é obedecer ao tempo determinado pela Mesa.



Com isso, encaminhando já para a conclusão da minha fala, quero dizer que realmente temos que focar na necessidade de a prevenção ser um fator de destaque na nossa atuação, e a prevenção pode ser feita por uma atitude pessoal nossa.

A Associação dos Juízes Federais do Brasil tem trabalhado junto com o Congresso Nacional em várias frentes para que assim se possam, sobretudo, trazer legislações que ajudem na prevenção. O que está sendo feito aqui, o que está sendo debatido hoje aqui, também caminha nesse sentido.

Vou citar apenas um exemplo. Aqui na Câmara dos Deputados existe uma Comissão que está tratando da instituição do Registro Civil Nacional. O Registro Civil Nacional é uma proposta do Governo Federal, com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral, para que possa haver um registro único de identificação. Isso é de fundamental importância!

Podem pensar: *“O que isso tem a ver com o que nós estamos debatendo nesta audiência pública?”* Tem tudo a ver, porque nós cansamos de pegar inúmeras identidades falsas na região de fronteira. Isso é um crime que antecede outro crime, dentro dessa nossa própria linha lógica de atuação da falsificação e do contrabando, que gera movimentação da máquina estatal repressora do sistema judicial. Com o Registro Civil Nacional, nós poderíamos evitar todo esse tipo de criminalidade que está relacionado à falsificação e ao contrabando.

Aos Deputados que estão nesta Comissão, nós também temos defendido essa proposta e tantas outras que com certeza serão debatidas hoje. Que este Parlamento, essa Comissão Mista da Câmara e do Senado possa receber todas as manifestações da sociedade civil e encaminhá-las justamente para nós avançarmos em medidas preventivas, sobretudo promovendo a interação entre a sociedade civil organizada, com o ETCO, com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras — IDESF, com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade, com todas as instituições que estão aqui, com a AJUFE, que é uma Associação dos Juízes Federais do Brasil. Ela é uma associação privada porque é assim constituída e está empenhada nos esforços para conseguirmos produzir cada vez mais e melhor para que nós tenhamos uma sociedade cada vez mais justa, igualitária, sobretudo com justiça social.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Meritíssimo Antônio César Bochenek a sua fala.

Sabemos que existem gestos que valem mais do que palavras. O gesto da sua presença aqui hoje de trazer a fala da AJUFE é essencial para demonstrar essa integração de trabalhos. Eu defendo que as fronteiras só terão uma resposta adequada à sociedade a partir do momento em que houver integração, seja vertical, União, Estados, Municípios, seja horizontal, Guardas Municipais, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, Receita, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Justiça, e todos esses elementos chegarem até o sistema carcerário.

A partir do momento em que houver essa capacidade de integração poderemos avançar.

Para resumir, meu caro General Álvaro, nós fizemos, nessa linha do caldo de cultura, 2 meses atrás, em Brasília, no auditório do Correio Braziliense, um seminário sobre a temática do contrabando. Lá estive o Ministro da Justiça que foi convidado para estar aqui hoje, mas logicamente, há outros compromissos em sua agenda, enviou representante que já chegou. O Ministro Cardozo foi meu companheiro, na CCJ, da Câmara dos Deputados. Tivemos juntos vários e bons debates. Ele disse que durante a Copa do Mundo tivemos uma experiência extremamente de bom êxito, de sucesso, onde as forças de segurança trabalharam de forma integrada.

O questionamento que foi feito, Deputado Aluisio Mendes, que aqui se encontra — agente da Polícia Federal, conhece essa temática de perto: por que essa experiência se resumiu à Copa do Mundo? É só o turista que vem de fora e merece essa atenção? Será que o cidadão brasileiro não merece que isso se dê de forma permanente? Se foi uma experiência que teve bom êxito, por que ela não é feita de forma permanente? Foi a questão feita. Talvez seja isso que nós queremos provocar para aquilo que está dando certo.

A Operação Ágata é um exemplo. Já foi feita em 2011, 2012, três edições. Neste ano, houve uma e me parece que haverá a segunda edição. Nós queremos avançar cada vez mais.



O Sr. Antônio Bochenek havia me pedido para se retirar, pois tinha outro compromisso. Permissão concedida. Agradeço a sua presença neste momento.

Ao mesmo tempo, passo a palavra ao General Álvaro Gonçalves para também, de forma muito precisa e cirúrgica, exercitando o poder de síntese das ideias, para que no tempo que lhe é destinado possa fazer uso da palavra e trazer aquilo que considera de mais relevante para o conhecimento desta Comissão.

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY- Bom dia a todos. Eu inicio as minhas palavras saudando o Deputado Efraim Filho pelo convite, que nos foi formulado, ao Ministério da Defesa, para comparecer aqui e poder apresentar um pouco do trabalho que está sendo realizado pelo Ministério em proveito do Plano Estratégico de Fronteiras. Ao mesmo tempo, saúdo os nobres integrantes da Mesa, assim como os participantes, convidados que o tema, pelo visto, suscita muito interesse por parte da sociedade.

Eu pediria que colocasse a projeção, para podermos ser o mais objetivo possível e tentarmos vencer o desafio, porque inicialmente nós tínhamos planejado uma apresentação para 20 minutos, vamos reduzi-la a 10 minutos.

Vou falar qual é o trabalho que está sendo feito pelo Ministério da Defesa. Para orientar esta minha apresentação eu procurei me ater...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - *(Intervenção fora do microfone)* - Se preferir falar *(ininteligível)* fique à vontade.

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Obrigado, Deputado. Assim está bem.

Então, para podermos ser objetivos nesta nossa apresentação, eu li detidamente o requerimento foi apresentado pelo nobre Deputado para ver qual era o propósito do debate a respeito do Plano Estratégico de Fronteiras, e no proposto listados os propósitos desse nosso debate: a identificação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, constituídos nos Estados etc. não têm ligação direta com o Ministério da Defesa. Mas os outros quatro aspectos seguintes têm ligação direta com a participação do Ministério da Defesa, quais sejam: a discussão sobre a efetividade do Plano Estratégico de Fronteiras, sugestões para alteração do arcabouço legislativo e a realização de ações executivas para dar maior efetividade a este Plano; a sua dotação orçamentária, combate dos crimes transfronteiriços; os



programas em curso; e a capacidade de coordenação do Centro de Operações Conjuntas, que é uma instalação do Ministério da Defesa.

Vamos falar a respeito da efetividade do Plano. Vamos recorrer ao próprio corpo do Plano para falarmos a respeito da efetividade. No seu artigo 3º, o Plano Estratégico traça como objetivos: a integração das ações de segurança pública, de controle aduaneiro e das Forças Armadas; a execução de ações conjuntas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas; a troca de informações entre os órgãos de segurança pública federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas, e aí nós já podemos identificar quais são atores que são recorrentemente citados nesse Plano; a realização de parceria com países vizinhos; e a ampliação do quadro de pessoal e da estrutura destinada à prevenção.

Chamam a atenção os incisos I, II e III. Vamos passar esses incisos, por favor.

No que diz respeito a essas ações, nós temos em curso três grandes operações: a Operação Sentinela, que é encabeçada pelo Ministério da Justiça, com o apoio do Ministério da Defesa e do Ministério da Fazenda, os diversos órgãos do Ministério da Fazenda. Nós temos a Operação Fronteira Blindada, do Ministério da Fazenda, de forma semelhante, apoiada pelo Ministério da Justiça e Ministério da Defesa; e a Operação Ágata, encabeçada pelo Ministério da Defesa, como o apoio do Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda. Vou me ater a falar a respeito da Operação Ágata que é pontual, impactante, mas tem temporalidade. Então, essa é uma percepção muito importante, é a participação episódica das Forças Armadas na fronteira.

É uma operação que costumamos chamar no Ministério da Defesa de interagências, por quê? Por que ela conta com a participação de diversas agências do Governo Federal e estadual. Nós vamos ter a oportunidade de exemplificar quais são essas agências participantes, além das Forças Armadas: Marinha, Exército e Força Aérea.

As operações de inteligência que dão suporte a essa Operação Ágata, são encabeçadas pelo Sistema Brasileiro de Inteligência. Para aqueles que não têm essa vivência na área de inteligência, o Sistema Brasileiro de Inteligência é



constituído de diversos órgãos de inteligência de vários ministérios. Eles possuem assento nesse sistema. Esse sistema proporciona a troca de informação, cada um na sua área de interesse.

Área e período determinados. Eu já tive a oportunidade de tecer comentário a respeito disso. Trata-se de uma ação subsidiária, ou seja, ela não é uma ação principal executada pelas Forças Armadas, que está capitulada na nossa Constituição em seu art. 142, mas sim como atribuição subsidiária, capitulada em Lei Complementar nº 97, que posteriormente foi alterada pela Lei Complementar nº 117 e pela 136. Também é uma noção muito importante. É uma ação subsidiária das Forças Armadas.

Objetivos da Operação Ágata. Eu a estou usando no singular porque ela é executada desde 2011, mas há diversas edições suas: Operação Ágata 1, 2, 3 etc. Nós terminamos pouco tempo atrás, cerca de 1 mês atrás, a Operação Ágata 10. Então, já tivemos 10 edições dessa Operação Ágata.

O objetivo é reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, e as ações do crime organizado; intensificar a presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira, naquelas 150 quilômetros previstos também em legislação; e incrementar o apoio à população.

Sempre que nós fazemos essa operação, principalmente na fase final, nós costumamos realizar ações cívico-sociais, que nós chamamos de ACISO, com a participação dos nossos médicos, dentistas, enfermeiros e com distribuição de medicamentos, ou seja, um apoio à população de maneira geral.

Nós temos a divisão da Operação Ágata normalmente em quatro áreas que correspondem a quatro comandos de oficiais gerais do último posto. Essas áreas são: Comando Militar do Norte, com sede em Belém, que é a área Norte; Comando Militar da Amazônia, cujo comando está em Manaus; Comando Militar do Oeste; e Comando Militar do Sul. Cada uma com o nome do respectivo comando militar de área.

Ministérios e agências participantes. Vou deixar um pouco essa projeção para que os senhores tenham a ideia da quantidade de agências e ministérios que participam diretamente da Operação Ágata. Logicamente algumas agências têm



uma participação mais maciça, com maior efetivo, outras agências mais reduzidas, mas todas elas têm participado das operações.

São mais de 40 agências aí representadas: Polícia Militar de fronteira dos Estados, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Instituto do Meio Ambiente, etc.

Eu procurei dividir os efetivos empregados pelas três Forças singulares — Marinha, Exército, Força Aérea — e pelas agências de uma forma geral, sem discriminar quais são as agências. Vocês podem observar uma presença bastante significativa da participação das Forças Armadas.

Por exemplo, nas Operações Ágata 9 e 10, que foram realizadas este ano, a 9 no primeiro semestre e a 10 recentemente, nós tivemos a participação da Marinha do Brasil com aproximadamente 2.300 homens; do Exército, 11.300 homens; da Força Aérea, 6.000 homens; agências, 1.587. Total, 21.500 pessoas participaram das operações.

Essa quantidade de pessoas que participam da Operação Ágata está relacionada, primeiro, com o orçamento que é destinado. Segundo, com a área em que ela será desencadeada. Às vezes, nós temos Operações Ágata que incluem mais de uma área de operações, como eu citei anteriormente.

Por exemplo, na Operação Ágata 10, que foi a última recente, nós tivemos abrangidas as áreas de operações do Norte e da Amazônia. Então, isso foi uma Operação Ágata com duas áreas.

Eu posso ter uma operação apenas em uma área. Comando Militar do Oeste. Área de Operações: Oeste, que foi a Ágata 9, a do primeiro semestre. Nesse caso, certamente, o efetivo é mais reduzido.

Outro fator que contribui para essa flexibilidade, essa diferença de efetivo participante, é a quantidade de militares, de organizações militares que nós temos naquela área que nós atuamos, com a participação dos efetivos locais daquela área. Nós não trazemos efetivos de outras áreas para participarem daquela operação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sugestões para alteração do arcabouço legislativo. Eu já me referi que a Lei Complementar 97, com as suas alterações, é que dão o respaldo legal para a



atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira. E mais do que na faixa de fronteira, contra crimes transfronteiriços e ambientais.

Então, ela limita o espectro de atuação das Forças Armadas. Mesmo limitando, esse arcabouço jurídico é suficiente para que nós possamos desempenhar as nossas atribuições. É suficiente.

Dotação Orçamentária. Estamos apresentando um gráfico em milhões de reais, no qual o valor é pouco significativo. Talvez, o mais importante seja a variação que existe no decorrer dos anos do que é destinado para essas operações na faixa de fronteira.

Então, 2011, como os senhores viram, foi o primeiro ano que teve a execução. Foi um pouco mais de 35 milhões de reais; em 2012, ficamos no patamar exatamente desses 35 milhões; em 2013, houve um substancial incremento. Chegamos a 45 milhões; em 2014 e em 2015, nós tivemos uma redução.

Podem perceber que há uma tendência de redução e eu coloquei já em uma cor bem sutil, sem maior contraste, o que está previsto para a PLOA 2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E é um ano de Olimpíada, não é?

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Como foi 2015, como foram 2014 e 2013, quando nós tivemos grandes eventos realizados no Brasil, ou seja, uma necessidade imperiosa do desencadeamento desse tipo de operação, obviamente, antecedendo esses grandes eventos, para que não houvesse consequências desses crimes transfronteiriços nas sedes dos eventos.

A nossa experiência, eu posso falar isso, da PLOA, aproximadamente, 30% é reduzido, é destinado à operação, do que é previsto na PLOA. Isso tem sido histórico, ou seja, do que está aí, uma redução de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É o que nós chamamos de contingenciamento. São contingenciados.

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Práticas recorrentes.

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Está certo? Então, podemos raciocinar com um valor provavelmente inferior a 2015.



Programas em curso e a capacidade de coordenação do Centro de Operações Conjuntas.

Está previsto no próprio Plano Estratégico de Fronteiras o que vem a ser esse Centro de Operações Conjuntas. Então, ele fala que é um dos órgãos integrantes para que sejam implementadas as ações, junto com GGIF.

Além disso, ele fala que o Centro de Operações Conjuntas será composto por representantes de todas as instituições partícipes das operações, no caso a nossa Operação Ágata.

Não haverá hierarquia. Compete ao COC, que é a sigla que nós usamos costumeiramente, as suas decisões.

Então, ele vai acompanhar e coordenar as ações do Plano Estratégico de Fronteiras, como eu falei, para o Ministério da Defesa. A vertente mais proeminente é a vertente das Operações Ágatas.

Por fim, é uma instalação do Ministério da Defesa.

Apenas a título de ilustração, nesse *slide* está o nosso Croqui do Centro de Operações Conjuntas.

Nesse outro *slide* está o Centro de Operações Conjuntas funcionando. Logicamente é uma fotografia ilustrativa. Nós não estamos durante uma Operação Ágata. Então, nós podemos observar que há locais destinados para Receita Federal do Brasil, Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Forças singulares — Marinha, Exército e Aeronáutica —, além do nosso próprio pessoal envolvido nas operações. Isso permite perfeitamente exercer a coordenação e a consciência situacional das operações Ágata. Mais do que isso, foi utilizado, com grande sucesso, nos grandes eventos que nós tivemos. Será também utilizada durante as Olimpíadas, Copa do Mundo, Copa das Confederações, Jornada Mundial. Então, foram plenamente atendidas essas condições.

Além das operações Ágata, que nós temos no transcorrer dos anos, as Forças singulares, de maneira isolada, têm realizado operações orientadas pelo Plano Estratégico de Fronteiras. Vejamos as operações da Marinha. Vou passar os eslaides rapidamente apenas para ilustrar. Essas são operações realizadas este ano: Operação Amazônia Azul, Operação Acrux VII, Patrulha Naval no Atlântico



Norte. Ainda na Marinha, tivemos a Operação Brasbol, que envolveu Brasil e Bolívia e chamo a atenção para isso; Operação Tabatinga III; Operação Binacional I, que envolveu Brasil e Peru.

Já no Exército brasileiro, tivemos as operações: Amazônia Oriental, Cabo Orange, Fronteira Protegida e Curare Oriental I e II. Tivemos também as operações Escudo, Curare e Curaretinga, além das operações Atalaia, Abafa, Guaicurus, Ricardo Franco, Paiaguás, Anhanduí II e Carcará II. Tivemos ainda Operação Fronteira Sul, Operação Refron, Operação Vigilância no Oiapoque, Operação Porteira fechada.

Dessa forma, eu procurei rapidamente apresentar o que o Ministério da Defesa tem feito em proveito do Plano Estratégico de Fronteiras, procurando orientar essa apresentação naquelas solicitações do requerimento do Deputado Efraim Filho e na participação das Forças Armadas, chamando a atenção para o fato de que as operações Ágata são o nosso grande carro-chefe, no que diz respeito à participação do Ministério da Defesa.

Além disso, as Forças singulares desenvolvem uma série de operações vocacionadas para o combate de ilícitos transfronteiriços e ambientais.

Muito obrigado e desculpem-me por ter ultrapassado o tempo. Nós nos colocamos à disposição ao final para esclarecimentos adicionais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecemos a bela apresentação, General Álvaro. Seguramente haverá questionamentos.

Já vi o Deputado Aluisio Mendes fazendo vários apontamentos. S. Exa. terá a oportunidade de fazer questionamentos ao final da mesa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu queria só cumprimentar todos da mesa e perguntar ao nosso Deputado Efraim Filho, que a está comandando, se as inquirições serão feitas somente após todas as exposições ou se nós poderíamos fazer pontualmente a cada expositor, até dando uma celeridade maior a esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como temos V.Exa. e o Deputado Cabo Sabino, se desejarem fazer comentários pontuais de algum questionamento após o término da primeira mesa será aberto aos senhores essa



possibilidade. Se quiserem continuar com as exposições, também ficará a critério dos senhores.

Agradeço a presença também do Deputado Cabo Sabino, que nos acompanha, representando no Estado do Ceará.

Concedo a palavra ao Dr. Rivail Cerqueira, Professor da FGV Internacional, também pelo prazo de 10 minutos, com a tolerância da mesa, mas solicitando o exercício do poder de síntese para, cirurgicamente, conseguir fazer a exposição nesse prazo. Sabemos que não é o tempo ideal, mas solicito consolidar aquilo que entende como mais relevante sobre o tema.

O SR. RIVAIL CERQUEIRA - Bom dia a todos. Vou procurar ficar estrito ao tempo destinado.

Primeiramente, saúdo todos da mesa: Deputado Efraim Filho; Fernando Bomfiglio, nosso interlocutor em temas dessa natureza em outras oportunidades. Ao General Álvaro, também nosso velho conhecido de outras ocasiões, e a todos os presentes. Antes de tudo, quero dizer que é uma satisfação estarmos aqui.

Todos, certamente, conhecem a Fundação Getúlio Vargas e sabem do seu relevante papel na contribuição do desenvolvimento nacional. Recentemente, criou-se uma unidade na Fundação Getúlio Vargas, dentro da Diretoria Internacional, da qual faço parte, voltada especificamente para a América Latina.

Entende o nosso Presidente, Carlos Ivan Simonsen Leal, que não há como contribuir com o desenvolvimento nacional de forma isolada nos dias de hoje. Ou seja, temos que levar a nossa *expertise*, o nosso conhecimento, a nossa Academia e a nossa pesquisa aplicada a contribuir, de alguma forma, com os nossos vizinhos, para que, tendo vizinhos mais fortes, possamos ter um desenvolvimento mais sustentável.

Naturalmente, todos nós queremos ter vizinhos melhores às nossas casas e, certamente, o Brasil assim o quer. Muitos dos que já falaram aqui caminharam nesta direção, e isso foi música aos nossos ouvidos.

Nesse contexto, estamos realizando ações pontuais com a Argentina, especialmente na área de capacitação. E, na área de fronteira, existem algumas ações em planejamento com o Peru e a Colômbia.



Hoje, eu vim aqui para expor o caso de um trabalho que já se iniciou e já repercute de alguma forma, é um trabalho realizado, a convite do Governo paraguaio, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID. Este trabalho, dividido em três fases, visa a, na primeira fase, diagnosticar, fase que acabamos de encerrar, e apresentar os diagnósticos à comunidade paraguaia e ao Governo paraguaio; depois disso, entraremos na fase de modelagem e de apresentação de propostas de implementação.

O objetivo de convidar a Fundação Getúlio Vargas para esse trabalho é dar seguimento àquilo que nós entendemos como uma forte sinalização do atual Governo paraguaio de mudança de imagem, de mudança de rumos e de mudança de procedimentos. O Governo tem sinalizado fortemente nesse sentido.

Muitos dos empresários de associações brasileiras, como a Federação de indústrias do Paraná e associações de empresários de Minas Gerais e de São Paulo, têm sido recebidos, inclusive pelo Presidente Cartes. Existe, então, uma forte sinalização do Paraguai para uma mudança de rumos e de imagem — mudança de imagem por ações concretas.

O nosso estudo, o nosso diagnóstico, foi especificamente para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana de Ciudad del Este. Nesse estudo realizado, cujo diagnóstico já foi apresentado ao Governo paraguaio, nós concluímos que existe um grande potencial para uma série de ações, mas focamos especialmente em duas delas, em dois setores: no setor de turismo e no setor industrial.

Em relação ao setor industrial, já existe uma promoção bastante forte do Governo paraguaio no sentido de atrair empresas brasileiras. O Paraguai apresenta algumas vantagens competitivas bastante interessantes, como o custo da mão de obra, o custo da energia, o custo das instalações e o regime Maquila, que permite que empresas brasileiras lá se instalem, podendo exportar a impostos subsidiados. Então, são ações que já estão em andamento.

Dentro do setor industrial, identificamos três subsetores mais pujantes e que estão efetivamente com medidas concretas: o setor da indústria têxtil, o setor da indústria de autopartes e o setor da Indústria de plásticos. Lá, já existem indústrias



brasileiras instaladas e existe um aprofundamento permanente para o desenvolvimento desta atividade.

Falta ao Paraguai, como veremos também na questão de desenvolvimento de turismo, uma melhor qualificação da mão de obra. Eles se ressentem muito da qualificação da mão de obra. Falta-lhes uma cultura, dentre a população, que convirja para as iniciativas que o Governo vem adotando.

Essa mudança de cultura passa pelo poder público da Região Metropolitana de Ciudad del Este, quando se vê, por exemplo, uma modificação da imagem das instalações dos camelôs, do que eles chamam de *mesiteros*. O poder público, na pessoa da *Intendenta* Sandra de Zacarías, recentemente reeleita para um novo mandato, tem adotado ações práticas de remodelagem das instalações dos camelôs e da urbanização.

Existe também uma ação muito forte de empresários jovens, talvez a segunda ou a terceira geração dos pioneiros que foram para Ciudad del Este quando esta adotou um modelo de comércio de produtos importados. Essa nova geração de empresários, contratando o escritório de Cassio Taniguchi, e por intermédio de seu filho Gustavo Taniguchi, desenvolveu o que eles chamam de *Plan de Desarrollo de Ciudad del Este* — o Plano de Desenvolvimento de Ciudad del Este —, que está em fase final de planejamento e que será implementado com uma remodelação estrutural de toda a Região Metropolitana, que envolve, além de Ciudad del Este, os Municípios de Hernandarias, Presidente Franco e Minga Guazú.

Em relação às ações de turismo que identificamos, existe um grande potencial turístico no lado de lá de nossa fronteira, ou seja, no lado paraguaio, que é pouquíssimo explorado. Todos nós sabemos que Foz do Iguaçu é um dos principais polos de atração turística e de eventos do Brasil; em relação a turismo de eventos, perde basicamente para o Rio de Janeiro e fica à frente da Bahia — é o segundo polo de atração. Existe uma forte atração turística às Cataratas do Iguaçu e a outros pontos. Mas, no lado paraguaio, embora exista o potencial, não existem ações concretas de atração do turismo. Há um potencial muito grande de atuação, existe um interesse muito grande da comunidade de Foz do Iguaçu para que haja essa implementação do turismo em Ciudad del Este e região. O turista que hoje vai a Foz do Iguaçu poderá, tendo os atrativos do lado paraguaio, permanecer mais uma, duas



ou três noites, e com isso trazer uma receita maior para a comunidade local de Foz do Iguaçu. Identificamos, portanto, um grande potencial para o desenvolvimento do turismo.

O Paraguai — e Ciudad del Este mais especificamente — está no inconsciente coletivo da comunidade brasileira, e talvez mundial, como um local aonde as pessoas se dirigem para o comércio de mercadorias de baixa qualidade e de origem duvidosa. Já existem, hoje, instaladas em Ciudad del Este algumas lojas, alguns *shopping centers* com uma nova cara, com uma nova roupagem, no modelo do que foi feito na Argentina, um *duty free* próximo à fronteira do lado argentino, mas antes da aduana. Esse *duty free* serve de modelo, e em Ciudad del Este estão sendo implementadas algumas lojas com esse outro enfoque: produtos de alta qualidade, produtos *premium*, que visam a uma outra faixa social e econômica da população brasileira, atraindo, então, quem possa adquirir produtos de melhor qualidade e de origem controlada. Isso está vinculado à necessidade que o Paraguai identificou — e o nosso estudo identificou isso também — e ações concretas de mudança de imagem nesse sentido serão adotadas — de mudança de imagem.

Como eu disse, também em relação ao setor industrial, do mesmo modo que no setor de turismo, há uma forte demanda por capacitação de mão de obra. A qualidade dos serviços ainda é muito precária na região de fronteira de Ciudad del Este. Estamos falando de alimentação e de gastronomia, estamos falando de serviços hoteleiros, estamos falando de limpeza pública, estamos falando de toda sorte de prestação de serviços que possa, efetivamente, atrair o turista para o lado paraguaio. Ações nesse sentido serão adotadas, e o Brasil tem como contribuir com o Paraguai nessa sua iniciativa, com, por exemplo, transferência de tecnologia do nosso Sistema S, que é um *case* de sucesso, há anos no Brasil, na capacitação e formação de obra qualificada.

Em relação à infraestrutura, há a necessidade de uma segunda ponte que dê vazão e que tire aquele trânsito pesado e que dificulta o turismo, a fim de ter o turismo com uma melhor qualidade para o Paraguai. A construção da segunda ponte para favorecer o escoamento das mercadorias, especialmente o da soja e de outros produtos, é fundamental. A participação do Brasil nesse processo também será importante e, de igual forma, a extensão do ramal ferroviário, que hoje liga o Porto



de Paranaguá e o restante do Brasil até Cascavel. Existe um projeto antigo para se levar esse ramal ferroviário ou a Guaira ou a Foz do Iguaçu, ou a ambos os locais, e essa contribuição brasileira será fundamental.

Em resumo, teríamos muito mais a dizer, e, em uma outra oportunidade, poderíamos aprofundar o debate e apresentar ao Deputado Efraim Filho todo o trabalho que foi feito. É digno de se comentar, no entanto, que o objetivo maior desse estudo e das ações que serão implementadas é a geração de empregos formais. Imaginem que, com a criação de empregos formais, de qualidade, com mão de obra capacitada, essa mão de obra que hoje está sem capacitação, sem um salário digno, tem uma forte atração para as atividades lícitas, entre elas, e, em especial, o contrabando, o descaminho e outras ações nesse sentido.

Então, acredito que a sinalização do Governo paraguaio é muito forte. Hoje, o Brasil, a Fundação Getúlio Vargas está fazendo isso, mas tantos outros órgãos poderão contribuir de forma significativa para termos um vizinho mais forte e parceiro no combate ao contrabando e aos ilícitos fronteiriços.

O modelo quer for adotado em Ciudad del Este poderá certamente ser replicado em outras cidades gêmeas, como Guaira e Salto del Guairá, Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, nas fronteiras Tabatinga e Leticia, e assim por diante em todo o Brasil.

Era isso, Deputado.

Agradeço a oportunidade de, mais do que falar, ouvir o que está em curso para levar para nossa academia e aplicarmos, com ações concretas, as ações no Centro Latino-Americano de Políticas Públicas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Professor Rivail Cerqueira, que, sem dúvida, fez uma grande contribuição. V.Sa. se reportou, na integra, ao trabalho e ao estudo que estão sendo realizados e que serão muito bem recebidos por nós, para agregar, nessa linha de pensamento, um novo modelo, que ouve as diferentes vozes que estão aqui para que, na pluralidade, nós consigamos encontrar a solução para o setor de fronteiras.

Acabei de receber a informação — uma grande e boa coincidência, para quem quiser acompanhar — que o *Correio Braziliense* publicou, hoje, um artigo de



minha autoria, exatamente sobre o tema das fronteiras e do combate ao contrabando, em que essa temática de pilares para recursos financeiros, recursos orçamentários e recursos tecnológicos, entre outros temas, são tratado como essenciais para resgatar as fronteiras do País, e principalmente sob esses dois prismas: o da segurança pública, que sempre foi tradicional, e agora, mais do que nunca, o prisma econômico e da receita para o Brasil.

Em breve, terei que me deslocar à CPI dos Fundos de Pensão, momento em que chamarei o Deputado Aluisio Mendes para assumir a Presidência dos trabalhos.

Registro a presença do Deputado Pastor Eurico, representando o digno Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Sr. Fernando Bomfiglio, que fará a sua apresentação.

O SR. FERNANDO BOMFIGLIO - Muito obrigado, Sr. Deputado Efraim Filho.

Eu queria, rapidamente, antecedendo a minha apresentação, dentro do tempo determinado, entregar ao Sr. Deputado, representando os 221 Parlamentares que fazem parte da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, um manifesto que vem ao encontro dos desejos, dos interesses, da agenda e, com certeza, da presença dos senhores aqui nesta manhã.

O ETCO — Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, junto com o Dr. Vismona, Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, criou, como um grupo de pressão para dar voz ao que nós vimos discutindo, o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro.

Eu não vou ler tudo, pela restrição de tempo. Lerei o *caput* e a conclusão do manifesto, que eu passo às suas mãos. Depois, daremos prosseguimento à apresentação, Sr. Deputado Efraim Filho.

Diz o seguinte

“O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro entende que o contrabando e a falsificação de produtos que assolam o País reduzem a capacidade de concorrência das empresas brasileiras, estimulam o crime organizado e prejudicam a saúde da população”.

Portanto, é uma questão de interesse público e de soberania nacional, General.



“Entendemos que o Governo deve determinar um grupo ou entidade governamental que possa liderar este processo, com início imediato, tendo o Congresso Nacional como entidade fiscalizadora de suas ações em conjunto com o Poder Executivo”.

É sobre isso a minha apresentação. É sobre isso que vão versar as minhas considerações, numa rápida apresentação, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu lhe peço para abrir a palavra ao Deputado Cabo Sabino, que tem outros compromissos e, rapidamente, fará uma saudação e tecerá um comentário sobre o tema.

Registro a presença do Deputado Delegado Waldir, do Estado de Goiás.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Deputado Efraim Filho, nobre Presidente, autor do requerimento, lhe parabeno pela iniciativa, pela atitude, ao mesmo tempo em que parabeno todos da mesa, na pessoa do General Álvaro Gonçalves, representante do Estado-Maior, do Exército brasileiro, que tem como lema *Braço Forte, Mão Amiga*.

Quero lhe dizer, General, que conheço os dois lados, o braço forte e a mão amiga. Em nossos movimentos paredistas, neste País, o Exército esteve conosco, mas eu recebi muito mais a mão amiga.

Nós vimos os números apresentados pelo senhor. O que me chamou a atenção é que nós vamos para um ano de mais um evento internacional no País, os Jogos Olímpicos, com a previsão orçamentária de 25 milhões. Deve chegar a 17, no máximo, e, talvez, caia mais ainda.

Nós vimos que as Forças Armadas vão levar mais de 30 mil homens para a fronteira. Maravilha! Eu acredito que fossem necessários 60. Talvez, ainda não fosse o suficiente.

Nós vimos que todas as agências somadas dão mil e poucos homens. Os auditores fiscais não conseguem ter três mil homens em toda a área de fronteira neste País.

Em 2013, foi sancionada lei que criava a gratificação de fronteira ou a indenização de fronteira. Até hoje não foi regulamentada. É como se o Governo Federal dissesse: *“O cofre está ali, o dinheiro está ali dentro, mas a chave está*



comigo”. Enquanto não for entregue a chave, enquanto não for regulamentada a lei, o que deve ser uma iniciativa do Governo Federal, esses homens e mulheres que fazem um trabalho de divisa, expondo a sua saúde a doenças oriundas de outros países, em uma situação contrária ao desenvolvimento das suas atividades...

Há auditores fiscais que sequer têm porte de armas. E olhe que são servidores da instituição que mais combate o contrabando neste País, tão citado pelo nobre amigo Rivail Cerqueira.

Há muitas outras atividades em áreas de fronteira, mas não existe valorização do profissional que vai para lá. Se não se valoriza o profissional, se não se paga bem a ele... Os auditores fiscais têm um vale-refeição de 380 reais. Isso é uma vergonha para este País! É uma vergonha tratar dessa forma uma categoria que é responsável por 98% de tudo que se arrecada neste País. Como é que eu quero uma fronteira segura, como é que eu posso ajudar as Forças Armadas na preservação da ordem e da soberania do País, se eu não valorizo as Forças Armadas, se eu não valorizo os profissionais que vão ser jogados nesse setor? Sim, este é o nome: jogados, porque muitas vezes são escalados — não estou falando apenas das Forças Armadas, mas de todos os órgãos que vão trabalhar em uma fronteira — e não se sabe se vai ter ou não local para ficar, mas tem que ir. Quando se trata de militar, mais ainda, porque se disser que ele tem que passar 48 horas no posto de serviço, ele tem que ficar. Ele não tem direitos trabalhistas. É esse o trabalho, é essa a imagem que nós queremos levar para o mundo do que nós atendemos às nossas fronteiras? Olha, enquanto os dirigentes deste País, sejam Estaduais, sejam Municipais, seja Federal, não entenderem que precisam profissionalizar a segurança neste País — quando eu digo profissionalizar não é porque falta profissionalismo, quem faz, mas faltam condições de trabalho serem levadas a sério —, nós não teremos resultado diferente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Dando continuidade a nossa reunião, eu queria agora aproveitar a oportunidade e fazer algumas considerações aqui ao nosso General Álvaro.

Eu sou Sub-Relator da Comissão que está tratando do tráfico de armas no Brasil. Sabemos que o tráfico de armas engloba tráfico de drogas, contrabando,



todas essas quadrilhas. O crime organizado atua em todas essas áreas. Algumas coisas que o General nos colocou aqui faziam parte do meu rol de considerações, principalmente com relação às Operações Ágatas, General. Nós sabemos que elas são operações de grande envergadura. Eu vi ali os números apresentados por V.Exa. Primeiro, há uma preocupação porque existe um declínio do número de homens empregados nos últimos anos. Aqui o senhor foi muito correto e indo ao ponto: a falta de orçamento é que justifica a diminuição do efetivo.

Nós temos observado — e uma coisa que nos causou grande preocupação, em uma audiência pública aqui nesta Casa, na vinda de secretários de segurança, comandantes da Polícia Militar e delegados gerais — um dado que nos causou extrema preocupação: o Rio de Janeiro apresentou, este ano, um aumento de mais de 100% na apreensão de fuzis, uma arma de guerra, que hoje é apreendida nas nossas cidades. Tem-se que 90% dessas armas vêm pelas nossas fronteiras, não são fabricadas no Brasil. Isso é um resultado direto da falta de controle das nossas fronteiras. Nós tivemos aqui elementos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal que nos disseram da situação caótica que vivem essas instituições nas fronteiras brasileiras, falta de recursos, falta de efetivos. Nós temos em toda a nossa fronteira seca menos de 1.500 policiais federais e menos de mil policiais rodoviários federais. Auditores da Receita e fiscais deve ser um número ínfimo também. Quer dizer, nós temos milhares de quilômetros de fronteira seca com um número reduzidíssimo de profissionais que cuidam do combate ao contrabando.

As Forças Armadas, eu gostaria até de perguntar para o General — não sei se ele tem esses números. Talvez com relação ao Exército brasileiro o senhor possa nos dizer: qual é o efetivo do Exército brasileiro nas fronteiras brasileiras, principalmente nessas fronteiras que nos causam essa preocupação, fronteiras com o Paraguai, com a Bolívia, com a Colômbia e com a Venezuela?

Hoje, grande parte dos fuzis apreendidos nas cidades brasileiras são Ak-47, de fabricação russa, mas que estão sendo fabricados, sob concessão, na Venezuela. Estão entrando pela nossa fronteira da Venezuela, estão chegando aos morros do Rio de Janeiro, às cidades do Nordeste brasileiro e de São Paulo, estão causando um grande número de vítimas, fazendo, inclusive, com que a nossa polícia fique inferiorizada na questão bélica no combate ao crime organizado.



Nós tivemos no Brasil, no ano passado, 58 mil homicídios. Não se pode mais tolerar esse número, General! Nós sabemos que grande parte do dinheiro que alimenta o crime organizado em nosso País entra pelas nossas fronteiras, que são drogas, armas e contrabando de cigarro e toda sorte de contrabando que entra pelas nossas fronteiras. Então, General, eu queria saber se o senhor poderia nos dizer qual é o efetivo hoje do Exército brasileiro nas nossas fronteiras.

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Obrigado, Deputado, pela pergunta. Eu não tenho esse dado, mas eu vou falar com a minha experiência profissional. Eu comandeiei a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira em Corumbá. Respaldo ainda as minhas palavras em ter comandado a Artilharia Divisionária 3 de Cruz Alta, também fronteira. Aliás, eu deixei um questionamento lá para as autoridades locais: se o Município era de fronteira ou não, porque não tinha essa conclusão. Pelos dados que eu tinha levantado com as operações, o Município fazia parte da faixa de fronteira. Associe a isso também a minha vivência em Boa Vista, Roraima.

Então, quando eu comandeiei a brigada de Corumbá, eu fazia diversas apresentações, inclusive fui responsável pela faixa de fronteira no Estado do Mato Grosso, cuja cidade centro era Cáceres, e fazia a seguinte comparação: nenhuma das fronteiras mais bem guarnecidas do mundo — eu considerava, à época, Estados Unidos e México —, com todo o aparato dos Estados Unidos da América, conseguia controlar efetivamente a sua fronteira. Mas eu fazia isso a termo de comparação, porque a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, a extensão de fronteira tinha uma área correspondente à fronteira Estados Unidos-México, que era aproximadamente semelhante, mas o meu efetivo era infinitamente inferior. Eu tinha a ordem de três mil homens para toda essa fronteira. Então, era insuficiente o efetivo.

Agora não há efetivo que seja suficiente para guarnecer a fronteira. O que é preciso são equipamentos, tecnologia e Inteligência. Então, são essas atividades que irão agregar poder de vigilância e monitoramento das fronteiras. Então, hoje em dia é de conhecimento notório que nós estamos substituindo o pessoal por filmadoras, por máquinas, por câmeras, etc., justamente porque pessoa é caro. É muito caro pagar a hora da pessoa que fica vigiando. Em compensação, eu posso ter instrumentos de monitoramento que me vão facilitar, e muito. Então, na verdade,



para que haja um controle mais efetivo das nossas fronteiras, o que eu preciso não são de ações episódicas, como nós temos realizado, ações emergenciais, como essas operações; o de que nós precisamos são projetos estruturantes, previstos, inclusive, na estratégia das fronteiras e que não são levados à execução.

Foi falado aqui — já de conhecimento também posso afirmar, e realmente eu me emociono quando eu falo nesse tema — sobre a situação em que vivem os nossos órgãos de fiscalização na fronteira. Em Corumbá, eu tive a oportunidade de estabelecer postos de bloqueio em instalações, que não cabe aqui citar quais os órgãos envolvidos. Mas eu utilizava essas instalações para poder pintar, colocar lâmpadas e dar condições às instalações dignas de uma pessoa viver. Então, era por isso que eu utilizava essas instalações, porque eu aproveitava a mão de obra que eu tinha para dar condições dignas. Depois que eu desencadeasse aquela operação, durante uma semana, quinze dias, depois que eu saísse os auditores fiscais, os policiais federais, os policiais rodoviários federais, algumas vezes as Polícias Militares Estaduais, tivessem condições dignas. Quando se fala de efetivo, então, várias vezes eu tive a oportunidade de conversar com as pessoas com quem nós trabalhávamos nessas operações. Eu perguntava: qual o efetivo previsto aqui, a lotação? Normalmente eram 30%, 40% daquilo que era previsto, fora as condições.

Então, o efetivo era extremamente reduzido. E, no caso, a cidade de Corumbá, reconhecidamente, à época, no ano de 2010, 2011, era a cidade pela qual passava a maior quantidade de pasta-base e cocaína no Brasil. Isso era levantamento da Inteligência: a cidade na qual tinha a maior parte da entrada da cocaína no Brasil. Então, essas eram as condições que nós enfrentávamos lá. Como eu estou afastado já faz 5 anos, espero que as condições já tenham melhorado bastante.

Outra coisa também que se tem que ter a percepção: quando se fala em fronteira, nós associamos muito à fronteira seca, países da América do Sul. Mas, muitas vezes, e também nós temos algumas informações a esse respeito, esses armamentos que entram, principalmente armamentos, são oriundos da Europa e da América do Norte. Então, nem sempre esses armamentos adentram no País por intermédio das fronteiras secas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - General, foi muito bom ouvir o senhor, porque nós temos experiências muito semelhantes. Eu sou integrante dos quadros da Polícia Federal, trabalhei no Oiapoque, no Amapá, em Boa Vista, na base de Surucucus, o senhor deve conhecer, na Reserva Ianomâmi. As condições em que eu encontrei esses postos, há 25 anos, quando eu fui lá a primeira vez, continuam hoje prevalecendo. Então, o senhor vê o descaso que o Governo tem com relação às nossas fronteiras. O efetivo hoje encontrado na superintendência, por exemplo, do Amapá, na delegacia do Oiapoque, é o mesmo da época em que estive lá, em 1990. Então, o senhor vê que nós vivemos o mesmo caos de 20 anos atrás.

A minha colocação para o senhor foi porque eu vi aqui que os efetivos empregados na Operação Ágata — 14, 15, 17 mil homens —, General, é mais do que o efetivo total da Polícia Federal usado em uma Operação Ágata dessa, que é episódica, como o senhor disse, e que apresenta resultados relevantes.

Então, se o Exército brasileiro, que tem competência constitucional, se as Forças Armadas brasileiras tivessem recursos suficientes para que essas operações fossem permanentes — o senhor foi muito feliz quando disse que o efetivo, por maior que seja, não vai impedir que algumas coisas entrem nas nossas fronteiras —, com certeza, iria minimizar, e muito, o que entra pelas nossas fronteiras, em termos de drogas e de armas. A fronteira americana, realmente, como o senhor disse, talvez, seja a fronteira mais segura. Mas, eu só faço um parêntesis: talvez, a de Israel seja a mais segura do mundo, a segunda é a americana e, mesmo assim, muita coisa entra por lá. Mas se não houvesse aquele controle que os americanos fazem na fronteira com o México, os Estados Unidos seriam um caos hoje.

Então, eu acho que, sim, investir em efetivo, em homens é muito importante. O que o Governo brasileiro faz com a ineficiência da atuação desses órgãos — Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, principalmente — é um crime contra a sociedade brasileira, porque, graças a isso, drogas estão entrando no País, armas estão entrando no País e vidas dos cidadãos brasileiros estão sendo perdidas.

Então, eu acho que essa questão das Operações Ágatas feitas junto com as Forças de segurança do Estado e as Forças federais, são importantes, mostram a



presença brasileira, mas elas são inócuas, Gerais, porque são episódicas. O que acontece? O crime organizado nesse período tira férias, porque essas operações são amplamente divulgadas, noticiadas e ninguém vai trazer droga nem arma naquele período. Quem entra é o coitado do desavisado que não tem uma estrutura de comunicação melhor. Mas se essas operações fossem permanentes, com certeza, General, com a ação do Exército brasileiro, da Marinha brasileira, da Aeronáutica, nós teríamos, sim, minimizada, e muito, a entrada de drogas e armas em nosso País.

Então, é um descaso do Governo brasileiro com relação a isso, é um descaso com relação aos efetivos empregados nessa região e dos recursos empregados. O senhor me disse aqui que houve um decréscimo muito grande dos investimentos nos últimos anos. Começou-se com 35 milhões, contingenciava-se parte disso, chegou-se a 45 milhões. No ano em que teríamos as Olimpíadas, e com essas ameaças terroristas que nós estamos vendo no mundo, há um investimento de menos de 20 milhões para o ano de 2016. Isso mostra realmente uma preocupação muito pequena do Governo brasileiro em evitar que algum episódio com relação ao terrorismo ocorra no nosso País durante as Olimpíadas. As Olimpíadas será um evento mundial, que realmente será vista por todas essas organizações criminosas e terroristas do mundo, mas nós não estamos fazendo o nosso trabalho aqui no País. Eu vi aqui quando o senhor citou o Centro de Operações Conjuntas do Exército brasileiro, das Forças Armadas, esses centros só funcionam durante as Operações Ágatas?

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Não, ele funciona durante as Operações Ágatas também. Na verdade, esse centro serve para nós, Ministério da Defesa, controlarmos as operações conjuntas e interagências que são realizadas no Brasil. Aquela quantidade de operações que foram citadas a maioria delas é acompanhada e controlada pelo Centro de Operações Conjuntas. Aí eu exemplifiquei que esse centro de tão efetivo que ele é nós também os utilizamos durante a realização dos grandes eventos e está prevista a sua utilização durante as Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Eu pergunto, General, se esse centro funciona permanentemente com a integração desses órgãos de



segurança pública: Exército brasileiro, Marinha brasileira, Forças Armadas, Polícia Federal, Receita Federal, se todos esses órgãos continuam tendo assento nesse centro de comando conjunto durante o ano todo, ou só nessas operações episódicas e durante os grandes eventos.

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Não, só durante as operações episódicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - O senhor não acha que em função da calamidade que nós vivemos hoje na segurança no País esses centros deveriam funcionar de maneira permanente?

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - É porque o Centro de Operações de Conjuntas foi elaborado com a finalidade de controlar e coordenar as operações. Então por isso que ele só funciona durante as operações. Eu não vejo muita necessidade de colocar integrantes dessas agências parceiras nesse Centro de Operações Conjuntas sem ter o que fazer. O que nós vamos fazer se nós não estamos realizando operações? Certamente é preciso fazer muito para a segurança das nossas fronteiras, mas não que deva ser oriundo desse Centro de Operações Conjuntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Até para terminar a minha colocação, porque há outros colegas inscritos aqui, general — você tem a sua apresentação, desculpe-me —, tem uma pergunta que eu quero fazer. Sou da área de inteligência também, o senhor é subchefe da área de inteligência. Mas uma das grandes falhas que eu vejo na atuação das agências brasileiras que trabalham com segurança e das Forças Armadas é a falta de uma interação maior das inteligências — eu padeci muito disso quando fui secretário de inteligência — na troca de informações com outras instituições.

O nosso objetivo é um só: combater o crime, combater o tráfico, combater o tráfico de armas, mas a interação das agências é muito pouco efetiva no nosso país. Há um corporativismo, uma compartimentação, que nós sabemos que é necessária em algumas áreas da inteligência, mas excessiva na questão da troca de informações de inteligência. O senhor como o homem da área de inteligência acha que o SISBIN — Sistema Brasileiro de Inteligência tem colaborado para melhorar



essa interlocução entre as nossas agências de inteligência ou muito se precisa fazer ainda para evoluir para uma inteligência plenamente integrada entre esses órgãos?

O SR. ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY - Eu já estou algum tempo na área de inteligência e a integração entre os órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência ainda não é o ideal, isso é notório. Aliás, essa dificuldade não é só do Brasil, todos os países do mundo reclamam da integração entre as diversas agências de inteligência existentes em seus países.

Então o primeiro aspecto fundamental é esse: não é só no Brasil. E não é a ideal. Nós estamos melhorando, já melhoramos muito em relação a 5 anos, 10 anos atrás, principalmente com o advento dos grandes eventos — desculpe-me pela cacofonia — ocorridos no Brasil, o que serviu muito para aproximar os órgãos de inteligência do Estado.

Então hoje nós estamos numa situação muito melhor do que estávamos há algum tempo. E não foi só com a decorrência dos anos, houve realmente uma aproximação, fruto das necessidades que ocorreram.

E outra coisa também bastante perceptível é que essa integração é menos efetiva à medida que sobem os escalões. Quando nós vamos para a área operacional na fronteira, existe realmente uma integração muito maior. Nós pudemos observar isso quando estivemos nesses locais, a inteligência do Exército conversando com a inteligência da Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal. Muitas vezes não era só a inteligência, com a presença maciça do Exército nas fronteiras a inteligência do Exército passava dados para a Polícia Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, para a Polícia Civil. Não há do nosso espírito essa concorrência, porque na verdade nós estamos bem conscientes de que participamos da segurança pública para colaborar com os órgãos previstos pela nossa Constituição para ter essa atividade.

Então nós colaborando de que forma? Passando todos os dados que nós temos disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Eu agradeço ao general pela colocação. Quero pedir perdão ao Dr. Fernando, achei que ele já tivesse feito sua explanação.



Vamos abrir a palavra ao Dr. Fernando Bomfiglio e, em seguida, aos meus colegas Deputados que já estão inscritos.

Eu queria apenas registrar a presença dos auditores fiscais aqui nesta audiência (*palmas*), que é outra categoria também que não tem o atendimento digno e necessário por esse Governo nesse trabalho importante que faz nas fronteiras brasileiras.

O SR. FERNANDO BOMFIGLIO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Aluisio Mendes.

Cumprimento a todos pela lucidez das questões e pelas respostas também dignas de registro. Cumprimento pela lucidez de suas colocações o general, e também o nosso colega da Fundação Getúlio Vargas que aceitou muito carinhosamente o convite e que tem um projeto muito interessante nesse sentido, que depois vale levarmos adiante.

Deputado, além da presença dos auditores isso aqui é uma cena comum. Todo mundo está sofrendo do mesmo problema aqui. Eu vejo a Polícia Rodoviária Federal aqui com o delegado Dionísio que também teria as mesmas eventuais argumentações de falta de estrutura, falta de recursos, falta de até muitas vezes uma falta de visão muito clara de investimento em detrimento da questão da alocação de recursos com uma rubrica de despesa como faz o Governo Federal.

Como o tema é comum, essa apresentação, de uma forma ou outra, os senhores já tiveram a possibilidade de ver, então vou me deter mais à pontuação de alguns temas e ao reforço de algumas questões que são importantes e comuns à catequese que aqui estamos fazendo, haja vista considerar que todos nós estamos empenhados com a mesma disposição de resolver um problema grave para todos aqui nesta sala.

O ETCO — Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial tem por finalidade trazer à tona e coordenar esse debate entre empresas e entidades públicas representadas no Parlamento, e assim também com o Executivo.

Essa reflexão é importante porque muitas vezes olhamos para o advento do mercado ilícito, representado pelo contrabando, descaminho, pirataria, e uma sucessão de rubricas que demonstram a questão da ilegalidade no Brasil, com um certo romance. Quando vemos que há uma afetação do produto de contrabando no



Brasil, ou falsificação, quaisquer outros citados, nós estamos perdendo empregos nesse país. Quando vemos produtos de contrabando como óculos, em que 80% do que vêm ao Brasil são falsificados, ou remédios proibidos pela ANVISA no Brasil e que são produzidos no Paraguai, importados por lá, e que invadem as nossas fronteiras, estamos falando da saúde dos brasileiros.

Segurança Pública, tema latente discutido aqui, muitas vezes ficamos discutindo, Delegado Dionísio, o trabalho espetacular e deficitário, por questões impostas ao exercício da profissão, da Polícia Rodoviária Federal, assim como da Polícia Federal e outros aqui, e ficamos aplaudindo a vontade e a disposição dos agentes no combate logístico desse trânsito que vem do Paraguai.

Mas a questão de segurança se faz com os secretários, seja com o José Mariano Beltrame no Rio de Janeiro, ou quaisquer outros citados aqui que desempenham essa função, todos eles vão dizer que é necessário um trabalho de fronteiras para que se evite o trânsito, o ingresso e o abastecimento dessas armas para Paraisópolis, Heliópolis, Rocinha, e assim sucessivamente no Brasil.

Arma vem junto com fuzil, vem junto com droga, vem junto com cigarro, vem junto com óculos, e compõem essa enormidade de problemas na questão da evasão fiscal, além do problema de segurança que afeta a jurisdição do cidadão. Não é a Federação ou o Estado, isso não existe, o ente que existe é o Município, onde ele vive com a família, paga os seus impostos e trabalha. E afeta a indústria à medida que casos, como, por exemplo, o do mercado de cigarros hoje, e aqui estou discutindo como um setor econômico legal, não estou discutindo questões adversas de saúde, mas 34% do mercado de cigarro é ilegal, o que ocasionou só no ano de 2014 uma evasão fiscal de 4,5 bilhões de reais.

Se falarmos dos óculos, 80%, começamos a fazer essa correlação, e chegamos a absurdos, afeta a indústria e a sua cadeia produtiva no comércio, afeta a agricultura, e assim sucessivamente.

Esses dados são decorrentes desses afetamentos, e aqui não precisaria nem citar, mas há estimativa de cem bilhões... É importante falar que, muitas vezes, quando reclamamos de alguma coisa tendemos a ser superlativos e emotivos nas considerações, mas tomamos o cuidado para trazer dados de fonte pública, seja dos



órgãos da Receita, da Segurança Pública, e quaisquer outras fontes que dão credibilidade à informação aqui prestada.

Há estimativas de cem bilhões por ano em prejuízos para o Brasil. Tenho certeza que os auditores e os analistas da Receita gostariam que o Ministro Joaquim Levy considerasse isso como uma oportunidade inclusive para ingresso dos pleitos da categoria que aqui represento. Acho que cem bilhões daria para resolver muita coisa, investimentos, desenvolvimento da categoria e de policiais, e assim sucessivamente. E por aí vai, eu não vou ser exaustivo.

Falamos de *sites*, hoje em dia 85 milhões de litros de álcool são contrabandeadas ao ano, demissões... E o último detalhe, nesse eslaide aqui, de que o contrabando no Paraguai, se hoje nós fossemos somar tudo, Edson Vismona, Presidente do FNCP, hoje equivaleria, Deputado Aluisio Mendes, a 17º indústria da América Latina... do Brasil em vendas, perdão.

Eu quero me ater, sem muitos detalhes, a mostrar no próximo eslaide um pouco da reação iniciada em janeiro deste ano até o momento em que nós estamos aqui, encerrando na Casa do Povo o ano com esta audiência pública. A situação é insustentável. O que nós estamos tratando aqui é da insustentabilidade dos diversos entes que, juntos, sofrem e são a solução do problema.

A reação iniciou com a criação do Dia Nacional de Combate ao Contrabando, em 3 de março. Aqui em Brasília celebramos isso e tivemos, então, a aderência ao tema por parte do Deputado Efraim. Compusemos e lançamos nos meses subsequentes a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, que hoje conta com 221 Parlamentares.

Mais do que isso: entendemos, Deputado, que a conversa individual que estava sendo feita com o Ministro do corpo executivo do Governo Federal e outras esferas, as de indivíduos, sejam associações, empresas afetadas ou categorias que se envolvem com o tema, era pouco representativo. Entendemos que a criação de um grupo de coalizão, ou grupo de pressão, era fundamental, para aumentar a nossa voz na reclamação dos pleitos e na advocacia de que o Governo, no linguajar popular, deveria se mexer para enfrentar essa questão de uma forma definitiva.

Então, criamos, com a Presidência conjunta do Dr. Edson Vismona, FNCP, e do Dr. Evandro Guimarães, que preside o ETCO, o Movimento em Defesa do



Mercado Legal Brasileiro, que hoje é composto por 70 entidades empresariais de classe. A ABIFUMO é uma delas — o Dr. Galant está aqui —, e temos a ABIÓPTICA, a ABIVIDRO, a ANFAVEA e uma série de outras entidades que compõem esse grupamento.

O Dr. Luciano Barros, que está aqui na minha frente, milita e entende tudo que está sendo dito aqui, porque ele vive em Foz do Iguaçu e preside o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. Então, entende exatamente o que nós estamos discutindo e advoga o entendimento dos problemas e o encaminhamento das soluções, através não só de seminários, como também da publicação de estudos, como *O custo do contrabando*; e de uma avaliação econômica e social das edições da Operação Ágata, que vai muito ao encontro do que o Deputado falava, que mostra, avalia essas operações e a necessidade — efetivamente ao encontro do que o senhor dizia — de nós perseguirmos a continuidade e a frequência em conjunto, com ações estruturais e permanentes, porque senão, também no linguajar popular, desculpem-me, acabamos chamando de enxugar o gelo, devido ao tamanho das nossas fronteiras.

Eu só destaco neste eslaide alguma coisa que é importante, eu diria, sobremaneira importante, nós considerarmos. Eu vou dizer de uma forma que parece dura, e talvez seja dura, porque é o seguinte. Hoje em dia, a Receita Federal tem as suas operações e trabalha maravilhosamente bem; a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal têm as suas operações e trabalham maravilhosamente bem; o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, integrado ou nas chefias das divisões em separado do Estado-Maior, trabalham maravilhosamente bem, como é o caso da Polícia Federal.

Poucas pessoas eventualmente conhecem o que é a fronteira na sua *pelea*, como falam no Rio Grande do Sul. Você vai ver lá nos 12 quilômetros de Itaipu, você vai ver lá a DEPOM, com policiais federais à beira da aposentadoria, enfrentando todo dia o pessoal do Paraguai, com seus pequenos barcos, cuidando daquela fronteira, com contingente de 18 pessoas, quando precisariam de pelo menos o triplo. Sobre o efetivo da Polícia Federal hoje, ledô engano, e com o perdão das considerações à frente do Deputado Aluisio Mendes, que faz parte dos quadros da



Polícia Federal, nós temos a seguinte questão: hoje, o efetivo da Polícia Federal, que monta algo aproximado de 11 mil pessoas, é o mesmo efetivo de 1995.

Acho que não seria, Delegado Dionísio, muito diferente na Polícia Rodoviária Federal.

Eu diria o seguinte: a despeito de funcionarem bem individualmente, a despeito de nós termos o Decreto nº 7.496, de 2011, motivo da discussão e convocação requerida para esta audiência pública, nós não temos um plano no Brasil — nós não temos um plano no Brasil. Um plano, seja no Exército, seja em qualquer outra agremiação, pressupõe objetivos claros, pressupõe integração clara de ação dentro de objetivos claros. Propõe liderança — propõe liderança. Quando nós vamos no corpo do decreto que não existe hierarquia, é a primeira motivação para não dar certo. Existe hierarquia natural quando você coloca a liderança, e nós não temos liderança nesse processo. Não há plano, não há liderança, e não há realocação de recursos.

Se isso fosse realmente importante... Na alocação de recursos, dizemos o seguinte: *“Eu não posso estar discutindo a ausência de pessoas, dada a relevância do tema para o Brasil”*. Isso é um tema de interesse público, volto a dizer, e de soberania nacional, pela afetação que traz o contrabando, a falsificação e a ilicitude dos produtos transnacionais e transfronteiriços.

Tem que haver gente; tem que haver plano; tem que haver liderança; tem que haver alocação de recursos com gente qualificada, em número suficiente; tem que haver o orçamento para fazer as coisas acontecerem; e tem que haver condições estruturais para que as atividades funcionem.

O que eu escuto recorrentemente é: *“Cada um faz o seu”*; *“Eu não tenho gente suficiente”*. E auditores, policiais, não têm os recursos (*ininteligível*), e a regulamentação da lei de periculosidade e de insalubridade de fronteira não saiu desde 2011. Ou seja, tem que haver alguma coisa, tem que haver metas: *“Eu quero acabar ou diminuir o contrabando em tantos por cento até a data tal”*. E aí vou fazer o plano para acontecer.

Não existe nesse decreto algo que seja claro. Quem está dizendo isso? Sou eu, Fernando, do ETCO, que estou aqui? Não, o relatório do TCU fala exatamente sobre isso. O Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu ingressou e ganhou em



caráter liminar exatamente uma ação contra o Governo nesse sentido. Se existe um plano, deficitário ou não, ele tem que estar em vigência, e precisa haver pessoas e compras, mas até hoje não foi cumprido.

Esse era o principal da minha apresentação, até porque o Brasil continua perdendo a luta para o contrabando. Se nós estivéssemos sendo efetivos, por falta de gestão de quem quer seja, ou mesmo por falta de gestão integrada, nós não estaríamos com a situação que nós estamos hoje. Como dizem os *hermanos argentinos*, nós estamos *lejos* de alguma solução efetiva para essa situação.

Eu estou dizendo que nunca se aprendeu tanto, mas o contrabando continua aí, a criminalidade continua aí. Então, não adianta enxugar gelo, como também não adianta vendarmos os nossos olhos. Em março — está aqui em tela; foi em 3 de março, no Dia Nacional de Combate ao Contrabando — nós dissemos o seguinte: precisamos de maior controle das fronteiras, precisamos de uma agenda positiva entre Brasil e Paraguai. Não adianta existir aqui um imposto, por exemplo, de cigarro de 70%, os Estados aumentando ICMS, e o Paraguai pagando zero; não adianta haver ANVISA aqui, e não haver ANVISA lá; não adianta existir contador, a Receita botar um contador de produção, e não existir um contador lá.

Essa assimetria regulatória e tributária é o que monta e fomenta o contrabando. Essa discussão poderia não existir se nós tivéssemos um regime tributário que fosse equivalente entre os dois países. A questão de contrabando, o fomento, a vontade de contrabandear, reside na assimetria tributária, e ponto. O resto todo é: se existe assimetria, aí bom, temos que ter polícia, melhorar a fronteira. Eu não posso ter uma diferença gritante de impostos. “*Você está referendando alguma coisa como desoneração?*” Não, estou falando de mínimo de bom senso.

Se você pega um setor afetado, Deputado, com 34% de contrabando, eu deveria estar baixando o tributo para capturar esse produto que está na mão do contrabandista, e assim tiro dele a vontade. Mas não é o que acontece aqui no País.

Eu passo isso muito rapidamente, porque foi um seminário da *Folha de S.Paulo* — os senhores aqui da frente receberam um folheto. Parte do Deputado Efraim Filho, segue até o Ministro José Serra, e estavam lá Rubens Ricupero, Everardo Maciel, o Ministro José Eduardo Cardozo, proeminentes na questão.



Falavam exatamente que não existe plano e que precisa ser feito. O próprio Ministro da Justiça reconhece isso.

No próximo eslaide, já encaminhando um pouquinho para o final, a questão diz o seguinte. O próprio ETCO e o Movimento coordenaram também uma pesquisa junto com o Datafolha. E lá diz muito claramente o seguinte: a principal vantagem dos produtos contrabandeados, falsificados, o descaminho que for, é o preço baixo. É por isso que eu vou à Rua 25 de Março, em São Paulo; vou ao Saara, onde há economia subterrânea, que existe em qualquer país no mundo, como no Chinatown, em Nova York.

Mas qual é o limite da economia subterrânea, ao se combalir a indústria nacional em benefício dessas pessoas? Existe o limite nessa história. Por que os produtos contrabandeados são mais baratos que no Brasil? Não pagam impostos, são feitos com material de pior qualidade, não se submetem às normas de fiscalização. Os contrabandistas têm lucros efetivamente maiores.

Se os produtos fossem mais baratos, é claro que eu compraria o produto nacional e não o produto importado.

O que precisa ser feito, definitivamente, a considerar que na mesma pesquisa do Datafolha há um apontamento da opinião pública? Não é Parlamentar, não é empresário, não é associação, Deputado, que está falando. Estou me referindo à opinião pública, em que pessoas são entrevistadas, há representação nacional, confiança, estatística e erro baixo. Diz-se o seguinte: o Governo Federal não é eficiente no combate ao contrabando. Não estou falando de ideologia porque não sou político. Estou me referindo a apontamento do TCU, do Ministério Público Federal. Todos nós, nesta sala, chegamos a uma conclusão óbvia e de bom senso; todos nós, nesta sala, queremos ajudar; todos nós, nesta sala, não estamos jogando pedra; todos nós, nesta sala, queremos ajudar. Mas é preciso haver liderança, estabelecer algo concreto.

Nós entendemos que isso aqui não é exaustivo porque o debate, Deputado, tem por finalidade justamente colher informação, colher subsídios para a formação de uma visão maior e conseqüentemente uma atitude e uma integração de esforços.

O ponto de vista do ETCO, que vimos debatendo, conversando e representando o movimento em defesa do mercado legal brasileiro, diz o que está



em tela duas coisas. Precisamos incrementar as três Operações mais frequentes de fronteira: Sentinela, Fronteira Blindada e Ágata.

Precisamos trabalhar muito fortemente nisso. As três operações têm sido muito bem feitas. É preciso um destaque maior ainda pelo conjunto mais tático e frequente por parte da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, talvez por mobilidade, por qualquer coisa que seja; menos dependência de conjunção de esforços, sob o comando do General De Nardi, no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; incremento nas operações de fronteira, enquanto não se estabelece um plano permanente, baseado no plano de fronteiras que foi estabelecido.

O decreto foi estabelecido, mas não está funcionando. Como se faz esse decreto funcionar? Ou como se estabelece um plano para isso, como evidenciado nas próprias recomendações feitas pelo TCU, no âmbito do Executivo e do Congresso?

Destaco ainda o não aumento de impostos e ajustes tributários nos setores mais afetados, por bom senso.

O senhor anunciou aqui auditores, analistas mais o corpo da Receita Federal presente e outros aqui dentro. O que falta a este País é uma visão de investimento. Se eu aparelhar melhor as polícias, se forem dadas condições não só salariais, mas também condições estruturais e estruturantes para o exercício da função, se houver um plano, não tem como não dar certo este País.

A oportunidade está aqui: 100 bilhões. Eu faço um plano, junto, entrego e determino, pelo Executivo, um líder desse projeto e coloco métricas de resultado. É assim que se faz em casa; é assim que se faz nas Forças Armadas; é assim que se faz em qualquer empresa.

As minhas considerações integram um pouco as dos presentes e reafirma a necessidade e de fazer isso.

As últimas frases são as seguintes: isso não pode continuar dessa maneira; isso não é uma reação emocional; existem argumentos suficientes pelo lado do crime, pelo lado da evasão fiscal, pelo lado desestruturante das carreiras presentes ou do afetamento.



Não consigo levar quadros para a fronteira, por parte das polícias, por causa das dificuldades. Está tudo errado! Precisamos resolver isso. Eu gostaria de conclamar — foi isso que fizemos, ao entregar esse manifesto ao Deputado Efraim —, na representação da Frente Parlamentar, que 2016 seja um ano concreto de cobrança e de contribuição. Contribuição e cobrança! Em 1 ano não vamos resolver o problema. Mas é preciso haver visões de que as coisas, incrementalmente, vão sendo resolvidas, a passos largos, para encontrar no curto prazo uma resolução definitiva nesse sentido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Agradeço ao Dr. Fernando Bomfiglio, Diretor do ETCO, que fez uma belíssima explanação da situação brasileira.

Eu vou corrigir uma indelicadeza que cometi, quando citei os auditores fiscais. Quero fazer referência também aos analistas tributários que desempenham uma importantíssima função no combate ao contrabando neste País e que são muito pouco vistos pelo Governo brasileiro, como todas as categorias citadas aqui.

Então, queria fazer essa consignação aqui, agradecer a presença de vocês e dizer que também sou solidário às condições não só da Receita Federal e da Polícia Federal, instituição da qual faço parte, mas também da Polícia Rodoviária Federal e de todas as instituições brasileiras que têm como atividade precípua combater o crime organizado, o contrabando em nosso País, mas que não têm do Governo brasileiro essa percepção de que precisa investir nessas categorias.

Falo isso aqui com muita tranquilidade. Sou Líder de uma bancada de apoio ao Governo, mas sou o primeiro a criticar a indolência, a letargia, a incompetência e a ação criminosa do Governo brasileiro com relação ao descaso com nossas fronteiras, que ceifaram mais de 58 mil vidas no ano passado.

Vou passar a palavra agora ao meu colega Deputado Pastor Eurico, que está aguardando ansiosamente para fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, gostaria de agradecer esta oportunidade. Não vou parabenizar V.Exa., mas eu gostaria de parabenizar os nobres eleitores do Maranhão que deram esse presente, que é V.Exa., ao Brasil, uma pessoa competente, que busca o melhor para a sociedade. Até a área de onde



V.Exa. vem é importante para somar, nesta Casa e nesta causa, principalmente no tema que hoje temos aqui.

Quero saudar os demais que estão à mesa e todos que participaram desta reunião. É importante estarmos juntos. Mais uma vez esse assunto volta à tona. Nós temos constantes audiências e reuniões nesta Casa para tratar sobre as questões de nossas fronteiras: ora seca, ora molhada. Somam-se aí quase 18 mil quilômetros. É um absurdo!

V.Exa., que vem do quadro da Polícia Federal, sabe muito bem que, apesar de um quadro de 11 mil policiais federais, talvez mil estejam na fronteira, assumindo a maior responsabilidade que é cobrada da Polícia Federal. Agora, imaginem as fronteiras dos Estados Unidos com o Canadá e com o México, que se estendem por 3.141 quilômetros, onde boa parte é cercada, com alta tecnologia, com mais de 30 mil policiais, e ainda passam contrabandos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Para ser mais específico, são 37 mil, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Aumentou agora. Com 37 mil policiais, ainda passam contrabandos e tantas outras coisas. Imaginem a situação em que estamos! Só a Rússia e a China se assemelham ao Brasil. Há mais de dez países fronteiriços. E o interessante é que os três maiores produtores de cocaína são nossos vizinhos: a Bolívia, o Peru e a Colômbia. São 150 mil hectares plantados.

Lembro que, na Bolívia, o Presidente do sindicato dos cocaleros é o Presidente da República boliviana; sem falar no Paraguai, que é o segundo maior produtor de maconha do planeta, só perdendo para o Marrocos. E eu tenho o desprazer de dizer aqui que sou de Pernambuco, Estado campeão em plantação de maconha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Há disputa entre os dois Estados: Maranhão e Pernambuco. Disputamos aí.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Estamos na concorrência.

Eu quero parabenizar também a Operação Ágata.

General, nós já conhecemos o trabalho das Forças Armadas, mas a Operação Ágata é a prova de que a coisa funciona, quando ela acontece. O



problema é que ela acontece periodicamente, e olha a distância do período. Automaticamente, a marginalização, a bandidagem, o crime organizado fazem a festa, porque, afinal de contas, o nome é crime organizado, e eles sabem de tudo, até mais do que nós. E, quando a Operação Ágata vai acontecer, eles até fazem graça, para rirmos: eles mandam um caminhãozinho por aqui com droga, mandam outro com armas por ali, que é apreendido. Temos bons relatórios, mas, por outro lado, eles fazem um montão de coisas aí. E sabemos disso.

Ouvimos aqui, certo dia, o Ministro da Justiça dizer que a coisa está tão séria que estamos perdendo a guerra para o crime organizado. É difícil ouvirmos isso, mas essa é a realidade do Brasil.

Estamos na Subcomissão que o companheiro Deputado Aluisio Mendes participa, e nós estamos vendo que o crime organizado dá ordem de dentro dos presídios, principalmente o Comando Vermelho, intimidando magistrados, juízes, desembargadores, o Judiciário em nosso Brasil. É difícil termos que encarar essa realidade. A Polícia Federal faz um excelente trabalho, mas, para haver a sentença de prisão de alguns, de repente, a coisa complica.

Parabéns para todos que estão integrados! Eu estava observando aqui a questão do contrabando. E, quando se cita o cigarro, 34% entram no Brasil clandestinamente, provocando quase 5 bilhões de prejuízos. E aí querem legalizar as outras drogas. Imaginem a desgraça que vai ser para o Brasil. Vão aumentar o trabalho dos senhores, vão aumentar a responsabilidade. Mas não valorizam o profissional de segurança, e agora quero somar os auditores fiscais e os analistas tributários que estão aqui.

Eu quero até dizer aos auditores e analistas que, por favor, trabalhem! Vocês estão trabalhando pouco. Se vocês não trabalharem, eu vou deixar de receber o meu salário como Deputado, inclusive a Presidente da República não vai receber o salário, nem os Ministros e todos do Brasil. General, permita-me dizer que V.Exa. vai ficar sem salário. E vão pedir cesta básica onde? Não sei.

É interessante! Na hora de cobrar, eles são cobrados: *“Tem que trabalhar, tem que produzir”*. Mas, quando estão aqui, com todo respeito aos auditores e analistas, com o pires na mão, apelando para que sejam lembrados, para que sejam reconhecidos... Desculpem-me auditores, analistas, mas, lamentavelmente, se vocês



apertarem um pouquinho, daqui a pouco vão ser proibidos de entrar na Casa. Vão colocar os seguranças aí para vocês não entrarem. É assim que fazem aqui, quando os senhores começam a exigir os seus direitos.

Essa é a realidade do Brasil. O contrabando está fazendo a festa!

Mas, por falar em contrabando, e eu quero encerrar, Sr. Presidente; por falar em sonegação, não vale a pena ser empresário sério neste Brasil, não vale a pena pagar tributos. É melhor sonegar, desviar dinheiro e colocar nos paraísos fiscais, porque, depois, damos um jeitinho aqui. Aí o Governo, que não consegue dar um salário digno às forças de segurança, aos auditores e analistas, vem, dá um jeitinho e aprova uma lei aqui, para lavar dinheiro sujo desses bandidos miseráveis que sorrateiam o erário público. *(Palmas.)*

Eu tenho coragem de falar que eu não tenho rabo preso com o Governo. Eu não tenho arrumadinho com o Governo. Telefonaram para o meu gabinete e, com certeza, devem ter ligado para o de V.Exas., no último dia em que foi votado os vetos aqui, e me disseram: *“Deputado, há 713 mil para serem liberados de suas emendas — restos a pagar de 2013”*. E eu falei: *“Está bom”*. *“Mas...”*. *“Não tem ‘mas’, eu quero as emendas”*.

Eu consegui 57 poços artesianos para o sertão, e eles foram perfurados, mas, a segunda parte... O dinheiro era para pagar a instalação. E aí telefonam para mim. E aí eu tenho que votar contra o Judiciário, à noite, votar contra os aposentados, votar contra as costureiras, aqueles profissionais da confecção, principalmente do meu Estado, para fazer graça para o Governo. É assim que a coisa funciona aqui. Quando os pleiteantes conseguem aprovar, passam a ser objeto de troca e negociação nesta Casa. Isso é o cúmulo do absurdo! Então, vale a pena, nessa história aí, desviar dinheiro.

Aí, desculpem-me Polícia Federal e auditores fiscais, todo o mundo ficou de graça aqui, porque, depois da aprovação, não pode mais... Polícia Federal, Receita Federal... Auditor fiscal, já era! Analista, já era!

Quem tem dinheiro lá fora, está esquentadinho, está intocável. Valeu a pena! Miseráveis, bestas, trouxas foram aqueles que fizeram o correto. Bonito está aí no Brasil. Todo empresário de 10, 20, 30, 40, 50 anos é um burro. Inteligentes são os dois filhos do ex-Presidente, que, com 4 anos, têm essa fortuna.



Srs. auditores fiscais e analistas tributários, não percam o juízo de querer ir atrás desse negócio, porque não vai dar para vocês.

Gente, Parabéns pela audiência! Deputado Aluisio Mendes, parabéns a V.Exa. e ao Deputado Efraim Filho também. Mas nós precisamos lutar para que esse quadro mude. Eu só lamento que tenhamos que estar aqui, talvez — eu não posso afirmar —, às vezes, enxugando um pouquinho o gelo. Há muita gente rindo da cara da gente! É preciso apertar o cerco.

Espero que o que aconteceu ontem, no Senado Federal, não seja mais um teatro de algum esquema que está por trás: colocar o Senador na cadeia só para desvirtuar, tirar o foco de alguma coisa. Espero que seja real. E se isso for real, eu espero que deem sequência e que os ladrões, bandidos, vão para a cadeia, onde eles devem estar, porque esse é o lugar deles, sem proteções.

Ladrão é ladrão! Não estou defendendo roubo aqui não! Aquele que roubou uma latinha de carne para comer vai para a cadeia, mas quem rouba milhões do bolso dos trabalhadores sérios às vezes riem da cara da gente.

Parabéns a todos! Parabéns aos auditores fiscais, aos analistas! Contem conosco para o que der e vier! Eu não como propina! Eu trabalho em prol do povo. Para isso, eu fui colocado aqui. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Agradeço ao Deputado Pastor Eurico, que mais uma vez foi brilhante nas suas colocações. É um Parlamentar que muito orgulha esta Casa e o povo de Pernambuco, que, sem dúvida nenhuma, colocou nesta Casa um homem que defende os interesses do cidadão pernambucano, do cidadão brasileiro. Eu quero mais uma vez enaltecer e agradecer a participação do meu nobre colega Deputado Pastor Eurico nesta audiência.

Agradeço aos palestrantes que estiveram presentes na mesa: General Álvaro Gonçalves Wanderley, Prof. Rivail Cerqueira e o Dr. Fernando Bomfiglio, do Instituto ETCO. Muito obrigado pela participação nesta audiência!

Convoco os nossos novos convidados para compor a mesa: Dr. Maurício Rasi, Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando nesta reunião o Ministério da Justiça; Sr. William Tetsuo Teixeira Iwakiri, Procurador da República no Município de Foz do Iguaçu; Dr. Murilo José Perini da Silva Braga,



Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal do Brasil; Dr. Hugo de Barros Correia, Coordenador-Geral da Polícia Fazendária, representando o Departamento de Polícia Federal.

Agradecendo a presença de todos, abro a nossa reunião cedendo a palavra ao Dr. Maurício Rasi, Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando o Ministério da Justiça, que dispõe de 10 minutos improrrogáveis, para que possamos dar celeridade à nossa reunião.

Com a palavra o Dr. Maurício Rasi.

O SR. MAURÍCIO RASI - Bom dia a todos! Saúdo a mesa na figura do Presidente que assume os trabalhos, Deputado Aluisio Mendes. Nós estamos aqui atendendo a um requerimento, que chegou ao Ministério da Justiça e à Secretaria Nacional de Segurança, do Deputado Efraim Filho.

A SENASP — Secretaria Nacional de Segurança Pública, cuja Secretária é a Dra. Regina Miki, tem como uma de suas incumbências a coordenação da estratégia nacional de fronteiras ou a política do ENAFRON, uma estratégia voltada a dar prosseguimento ao previsto no Decreto 7.496, que institui a política nacional de fronteiras.

Então, eu vou me ater, sabendo que temos aqui os amigos da PRF e do Departamento da Polícia Federal, mais às ações que a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem como protagonismo, principalmente no viés de articulação, de integração, de cooperação, de indução com os Estados e Municípios.

Sabendo que nós temos uma realidade de 11 Estados, sabendo que nós temos uma realidade de quase 600 Municípios, que nós fazemos divisa com 10 países, entre eles a França, que faz parte da União Europeia, sabendo que nós temos uma realidade que envolve Municípios, Polícia Civil, Polícia Militar, guardas municipais, infelizmente há cerca de 10 anos não havia absolutamente nada de estrutura.

Foram investidos, de 2011 a 2014, cerca de 420 milhões de reais para dotar esses Estados e Municípios de condições mínimas de prestar algum tipo de atividade de policiamento ostensivo, de policiamento judiciário, de algum tipo de atividade preventiva àqueles que moram nessa região de fronteira.



São quase 10 milhões de pessoas, pessoas essas que estavam preteridas em qualquer patamar de segurança, pessoas essas que foram inseridas num contexto social e econômico tal que viviam em condições muitas vezes de dependência da pirataria, dependência do contrabando, dependência do narcotráfico, dependência de relações ilícitas de outros países.

Nós temos que vivenciar uma realidade muito dura, porque esses Municípios têm problemas sociais muito sérios. Esses Estados têm problemas sociais muito sérios. Em face disso, essas polícias viveram sucateadas.

E quando a Secretaria Nacional de Segurança Pública introduz inicialmente os Gabinetes de Gestão Integrada nas regiões de fronteira — são oito Gabinetes de Gestão Integrada na região de fronteira e três gabinetes que estão com suas câmaras técnicas construídas através dos Gabinetes de Gestão Integrada Estadual —, nós começamos a avançar o debate, começamos a avançar a articulação, começamos a avançar a integração.

Polícia Civil, Polícia Militar, polícias federais, Polícia Rodoviária Federal, receitas, todos estavam trabalhando de maneira individual, desarticuladas, sem qualquer tipo de combinação ou qualquer tipo de planejamento ou qualquer tipo de programação. Por isso, o Gabinete de Gestão Integrada foi um grande avanço.

Nós vimos aqui, pelas falas do Presidente, do general, das demais pessoas, o grande momento que todos exteriorizam de dificuldade de enfrentamento dos ilícitos na região de fronteira. Acho que isso é inegável. Nós vivemos numa situação caótica!

Mas não há como nós não fazermos, neste momento em que estamos aqui com vocês, uma prestação de contas do que a Secretaria Nacional de Segurança Pública fez em relação a Estados e Municípios.

Houve um avanço de quase 8.500 novos policiais, entre militares, civis, guardas municipais, nessas regiões de fronteira. Houve a capacitação de 3.200 policiais em cursos específicos para atuar em região de fronteira, investimentos em bases móveis, os investimentos em videomonitoramento, investimentos em arma, em coletes, em reforma de delegacias, em viaturas. Um investimento de 400 milhões de reais para aqueles que viveram décadas sem absolutamente nada nós



entendemos, como Secretaria Nacional de Segurança Pública, que representou um avanço, ainda insuficiente.

Os Gabinetes de Gestão Integrada, que são uma estratégia de governança, que tiveram hoje a oportunidade de criar câmaras técnicas de planejamento de ações, para fazer um melhor viés com as Forças Armadas, para poder melhorar a relação com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Receita, representam um avanço para esses Estados e Municípios que não tinham absolutamente nada.

Sabemos que isso ainda é muito pouco. Sabemos que os investimentos previstos para 2015 não foram colocados em toda a sua aplicabilidade na execução financeira. Sabemos que o grande avanço de 400 milhões de reais, de 2011 a 2014, não será o mesmo para 2016. Essa é uma triste realidade, mas está dentro de um quadro econômico estabelecido no País.

Mais de 300 visitas foram feitas dentro da estratégia nacional de fronteira. Mais de 300 Municípios foram visitados e tiveram suas articulações. Nós tivemos, através de termos de cooperação com a Polícia Federal e com o Departamento da Polícia Rodoviária Federal, um investimento de aproximadamente 20 milhões. Entre as aquisições, estão os escâneres móveis, que fizeram com que tivéssemos uma melhora no procedimento de acompanhamento e monitoramento da entrada de ilícitos no País.

Radiocomunicação digital nas fronteiras. Foram investidos 127 milhões de reais em 11 convênios firmados. Só em equipamentos para as polícias, houve uma cobertura de 606 unidades operacionais, espalhadas nos 263 Municípios. Nós tivemos um investimento de 230 milhões de reais. Os profissionais capacitados fizeram com que o avanço das investigações proporcionasse o aumento de 400 mil inquéritos policiais, resultando na prisão de 30 mil pessoas e a apreensão de 600 toneladas de drogas.

Esses números que eu estou citando, Deputado, são das polícias estaduais. Nesses números não está a atividade da Polícia Federal e a da Polícia Rodoviária Federal.

Algumas diretrizes, que ainda não foram colocadas totalmente em prática e dependem algumas delas de mudanças legislativas e aprovações legislativas, são a



aprovação de cursos de idiomas para esses policiais que atuam na região de fronteira, a manutenção de instalações físicas, salubres e seguras, o provimento de materiais e equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades operacionais, o provimento de armamento, equipamento de proteção individual, equipamento de proteção coletiva, provimento de ferramentas tecnológicas capazes de atender às especificidades da cidade da região de fronteira, incentivo financeiro durante o período de lotação na região da fronteira e promoção de parcerias com instituições de ensino público e privado para a educação desses profissionais.

Atualmente, nós já temos concluída a maior pesquisa feita sobre Segurança Pública para a região de fronteiras. Foi feita através de universidades federais que atuam nas regiões de fronteira. Esse material está sendo consolidado e será apresentado a todos os senhores nos próximos meses. Isso fará com que uma das etapas previstas na estratégia nacional de fronteira, que é o acompanhamento, o monitoramento e a mudança, ou solidificação da política de enfrentamento dos crimes na região de fronteira por parte das polícias estaduais, possa ser mais sólida, principalmente porque essa pesquisa vai subsidiar o trabalho do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, o SINESP.

Com os elementos colhidos em termos de tecnologia nos Estados e Municípios, em breve associados à pesquisa, o SINESP poderá produzir conhecimento para que as estratégias hoje realizadas nos Estados e Municípios possam ser aprimoradas e aperfeiçoadas.

Queria falar um pouquinho novamente sobre a importância dos Gabinetes de Gestão Integrada. Nós temos instalados oito gabinetes, os GGIFs. Três dos gabinetes de Estados estão com Câmaras Técnicas de atuação em fronteiras. Qual é a importância disso? Por que ressaltar os Gabinetes? Hoje através do sistema criado na SENASP, o InfoGGI, todas as bases de dados dos Gabinetes de Gestão Integrada estão sendo acompanhadas e alimentadas através do InfoGGI. Isso faz com que consigamos monitorar em tempo real as reuniões, os planejamentos, os diagnósticos locais, o que está sendo construído, ou não, através dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira. Entendemos que o InfoGGI poderá em muito aperfeiçoar os trabalhos de atuação das regiões fronteiriças.



Respondendo um pouco das perguntas que estavam no requerimento sobre as dificuldades que esses policiais enfrentam, as dificuldades que a SENASP enfrenta para melhorar o desempenho nas regiões de fronteira. Primeira característica de fronteira. Nós temos fronteiras de geologia, da Amazônia, do Amapá. Isso dificulta de maneira muito intensa a logística dos policiais nessa faixa de fronteira.

A segunda é a falta da solidificação de alguns acordos feitos com países e que precisam ser aprovados aqui pela Casa, vários acordos de cooperação, porque as realidades dos países são muito diversas. A maneira de se atuar em cada faixa de fronteira é muito específica, e nós dependemos muitas vezes dos outros países para que o plano possa ser efetivado.

Essa é outra realidade

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Dr. Maurício, solicito que seja mais efetivo nas suas considerações, porque o seu tempo já se esgotou. Nós temos vários colegas para falar.

O SR. MAURÍCIO RASI - Para que possamos caminhar para o final, respondendo aos requerimentos, uma das estratégias seria que o decreto pudesse ser transformado em lei. Esta é uma data das propostas da SENASP, que sejam incluídos nesta lei o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Integração, que eles possam compor essa mudança do decreto para a lei e possam integrar diante da necessidade que nós temos do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Integração em várias das operações.

A outra dificuldade, que já foi bastante discutida aqui, são os efetivos, a falta de efetivo tanto da PRF quanto da Polícia Federal e do próprio Ministério da Defesa. Isso também atrapalha em muito as operações. Então, essas são as principais dificuldades. Havia outros pontos a serem discutidos, mas diante da brevidade do tempo essas seriam as considerações iniciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aluisio Mendes) - Agradeço muito o Dr. Maurício. Posteriormente, nas inquirições, o senhor terá oportunidade de se alongar mais no tema.



Antes de conceder a palavra ao Dr. William, queria fazer só uma consideração. O senhor está aqui representando o Ministro da Justiça, que infelizmente, mais uma vez, não comparece a esta Casa quando convidado. Parece que nós não vivemos um problema de segurança no País, porque o Ministro várias vezes convidado não comparece a esta Casa.

O senhor falou sobre os efetivos. Nós temos mais de 1,2 mil policiais federais e rodoviários federais excedentes do último concurso, prontos para serem chamados, mas o Ministério não faz esse chamamento. Seria importante o senhor levar essa preocupação com relação aos efetivos que o senhor acabou de apontar aqui, para que o Ministério faça rapidamente o chamamento desse excedente, pois o prazo está vencendo agora em janeiro, para que possamos minimamente, pois são 1,2 mil policiais, reforçar a nossa fronteira. Que o senhor leve esse pleito nosso ao Ministro da Justiça.

Passo a palavra aqui ao nosso Presidente, Deputado Efraim Filho, que tão competentemente conduziu essa reunião, agradecendo a paciência e a colaboração de todos vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Retomando os trabalhos, a ordem em nós nos encontramos, qual a nossa sequência.

Concedo a palavra ao Sr. William Tetsuo Teixeira Iwakiri, Procurador da República no Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 10 minutos, contando com a tolerância da mesa, mas solicitamos o exercício do poder de síntese, trazendo cirurgicamente aquilo que V.Sa. considera mais relevante para os trabalhos. Agradecemos o desempenho da Presidência pelo Deputado Aluisio Mendes.

Para justificar ao Plenário, além de presidir a Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando, também presido a CPI dos Fundos de Pensão. Estamos tendo ali depoimentos. Era o momento da deliberação de requerimentos. A presença do Presidente se fazia imprescindível. Encerramos. Aprovamos mais algumas oitivas. É um tema também bastante pertinente. Agradeço aqui a contribuição do Deputado Aluisio Mendes na substituição da Presidência.

Com a palavra o Dr. William.



O SR. WILLIAM TETSUO TEIXEIRA IWAKIRI - Obrigado, Deputado. Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade concedida ao Ministério Público Federal, sobretudo ao Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu, para que venha aqui receber essas informações tão valiosas que estão sendo prestadas hoje, a experiência de vocês e ter a chance também de compartilhar a nossa vivência no dia a dia ali da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu. Gostaria de cumprimentar a mesa também na pessoa do Deputado Efraim Filho.

Por uma questão de síntese, começo com um dado da Procuradoria da República de Foz do Iguaçu com relação à temática do contrabando e do descaminho. Posteriormente, passarei também ao enfrentamento do Ministério Público Federal no âmbito cível, extrajudicial e judicial, com relação a essa questão.

Inicialmente, eu destaco que o Ministério Público Federal em Foz recebeu só em 2014 cerca de 17.390 mil representações fiscais para fins penais, ou seja, notificações da Receita Federal, contendo práticas de crimes de contrabando, descaminho, medicamentos falsos, violações a direitos autorais. Tudo isso é fruto de um trabalho hercúleo de parte da Receita Federal do Brasil, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Polícia Militar, da própria Guarda Municipal de Foz do Iguaçu.

Dessas 17.390 representações, aplicando-se o filtro jurisprudencial do princípio da insignificância, no patamar de 20 mil reais em tributos. Ou seja, de IPI e imposto de importação, cerca de 2.390 somente são encaminhadas para a Polícia Federal para abertura de inquérito ou denunciadas diretamente pelo Ministério Público Federal.

Nós temos um quadro de que realmente só o mínimo das representações fiscais que são encaminhadas, contendo esses crimes de que nós estamos tratando hoje, são efetivamente levados à Justiça. E às que são julgadas procedentes e são alvos de condenação criminal basicamente se aplica a pena mínima de 1 ano, no caso de descaminho, e, agora, de 2 anos, no caso de contrabando, normalmente terminando no caso do descaminho com uma prestação pecuniária de 1 salário mínimo ou, no caso do contrabando, com uma prestação pecuniária e serviços à comunidade.



Basicamente é essa a realidade do enfrentamento da questão no âmbito criminal. Posteriormente, se me sobrar tempo, eu ainda farei mais alguns apontamentos a esse respeito, mas agora eu gostaria de passar para o lado cível da questão. O Ministério Público Federal, como sabem, tem um desenho constitucional que nos permite a interlocução com a sociedade, com os órgãos de realmente combater essa questão de todos os seus pontos de vista, aliando-se à sociedade e a todos os órgãos, para tentar catalisar uma solução adequada e plural à questão.

Do ponto de vista cível, meu colega que viria hoje aqui, o Dr. Alexandre Colares, desde 6 anos atrás, empreendeu um belo trabalho extrajudicial de tentar dialogar com todos os órgãos envolvidos: Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, a própria sociedade civil, a polícia também. Isso tudo resultou numa ação civil pública proposta no ano passado que tinha basicamente como objetivo bem concreto e bem alinhado com aquilo que nós estamos tratando aqui hoje que se fosse lotado na Delegacia Especial de Polícia Marítima — DEPOM, de Foz do Iguaçu, um número mínimo de 50 policiais. Esse pedido foi deferido pela Justiça, em parte, para que se efetivassem 34 policiais no DEPOM. Hoje em dia, temos somente 17 policiais, mas o convênio com a Itaipu previa 18 policias. Ou seja, nem número mínimo ajustado com a Itaipu, em 2002, consegue ser atingido. Até agora estamos ainda esperando que União cumpra com isso e lote pelo menos o mínimo de agentes da Polícia Federal necessários a um patrulhamento mínimo na região.

Além disso, ainda na esteira do que está sendo discutido aqui, o Ministério Público Federal pleiteou que fossem elaborados dois planos específicos para efetiva fiscalização na área de Foz do Iguaçu, uma delas no Rio Paraná, naquilo que compreende um trecho crítico — pequeno, mas crítico —, de 10 quilômetros, que vai desde a barragem de Itaipu até o marco das três fronteiras. É um local crítico porque estamos em área urbana, mas a atividade criminosa é intensa. É frequente que se tenham casos de enfrentamento com disparos de armas de fogo na região. Salvo engano, há dois júris federais em Foz do Iguaçu, com policiais federais do DEPOM, que foram vítimas de tentativa de homicídio. A própria polícia ambiental de Foz do Iguaçu não consegue efetuar a fiscalização ambiental na região, porque ela frequentemente é alvo de tiros da parte dos dois lados da margem de contrabandistas e de descaminhadores na região. Então, seria um plano específico



com metas e cronogramas para efetiva fiscalização do Rio Paraná e um com efetiva fiscalização do Lago de Itaipu, que são 170 quilômetros de fronteira com o Paraguai, cheio de reentrâncias, onde se é possível verificar inúmeros portos clandestinos em que se passam não apenas drogas, armas, munições. Ali, realmente a fiscalização anda bem deficitária.

O Ministério Público Federal endossa o coro por uma fiscalização mais efetiva, sobretudo, como foi já ressaltado pelo próprio Deputado Aloysio, com a possibilidade de operações permanentes na região, porque, quando nós acompanhamos as operações policiais, as interceptações telefônicas, nós constatamos o quanto isso realmente beneficia a localidade, inibindo a atuação dos criminosos e, sobretudo, dificultando a vida deles, porque eles precisam sair dos grandes urbanos, eles precisam sair das rotas terrestres, eles precisam arcar com maiores custos para a atividade criminosa, tendo que se deslocar para áreas inóspitas, tirando o confronto da zona urbana e melhorando a própria segurança pública no Município Foz do Iguaçu.

Eu gostaria de chamar a atenção também, dentro de todo esse contexto em que nós temos de buscar soluções para questão da criminalidade na fronteira, para uma interessantíssima solução da própria municipalidade, que nasceu na própria Foz do Iguaçu. Refiro-me ao projeto Beira Foz, apresentado, em 2013, no Centro Executivo da Itaipu Binacional. O projeto Beira Foz é um plano nacional de inclusão e de desenvolvimento integrado que consiste na elaboração de um plano geral de urbanização para as margens dos Rios Paraná e Iguaçu, na cidade de Foz do Iguaçu, através de uma operação urbana consorciada, envolvendo as três esferas de governo, a iniciativa privada e a sociedade. O objetivo é a construção de um espaço urbano estruturado, integrado e sustentável, que promova a segurança na fronteira, a valorização do meio ambiente, a inclusão social, a ampliação da oferta de turismo e o desenvolvimento socioeconômico, tal qual foi muito bem ressaltado pelo Prof. Rivail Cerqueira, anteriormente. Trata-se de reunir esforços de diversas instituições e órgãos governamentais integrando iniciativas, ações e projetos em andamento, potencializando e otimizando seus efeitos para a cidade e para a sociedade.



Infelizmente, esse projeto encontra-se parado, não foi levado adiante e, do ponto vista cível, nós gostaríamos muito que realmente isso fosse levado adiante, porque mudanças estruturais na sociedade como essa chamariam os cidadãos de Foz do Iguaçu, para que realmente tomassem a cargo o combate ao contrabando e ao descaminho, mostrando como o retorno da sociedade em impostos e em projetos sociais os beneficia muito mais do que se sujeitarem à criminalidade de uma organização criminosa trabalhando como mula.

Bom, finalizo a minha exposição, para respeitar o tempo que me foi determinado, agradecendo a oportunidade de expor-lhes o nosso ponto de vista e me colocando à disposição para aquilo que for necessário no enfrentamento dessa questão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Sr. William. Sem dúvida nenhuma, a participação do Ministério Público Federal é essencial para que nós possamos avançar de forma coligada por esse tema. Essa integração deve existir e é necessária. Os termos de ajustamento de Conduta — TACs são formas muito efetivas e muito rápidas de resolver algumas situações, através da mediação, do que às vezes esperar o transcorrer de processos judiciais durante anos. Então, sem dúvida nenhuma, a sua presença é simbólica, muito bem-vinda e passa por essas competências que nós queremos aprofundar nas políticas públicas.

Eu queria fazer uma solicitação à mesa. Estava previsto na mesa o Sr. Marcelo Ramos Araújo, que é chefe da Divisão da América Meridional e representa aqui o Ministério das Relações Exteriores. Ele não esteve na primeira mesa e acabou não sendo chamado na segunda — não estava aqui presente. Ele tem um compromisso a partir das 13 horas. Então, se eu contar com a aquiescência dos demais, daremos a palavra agora para ele fazer uso dos 10 minutos e deixar aqui também a sua contribuição. Estamos combinados? Alguém contrário? *(Pausa.)*

Quem aprovar permaneça como se encontra.

Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Ramos Araújo.

O SR. MARCELO RAMOS ARAÚJO - Muito obrigado, Deputado. Muito obrigado a todos pela condescendência de me incluir na mesa. Vou ser muito breve.



O Itamaraty não tem uma competência primária no combate a descaminho, contrabando e outros crimes transfronteiriços. Mas acredito que tenhamos um papel importante a desempenhar na facilitação do contato das autoridades brasileiras competentes com as autoridades homólogas dos países sul-americanos com quem dividimos uma fronteira tão extensa. É nesse trabalho que temos procurado desempenhar um papel de facilitador e de estimulador de cooperação com os países vizinhos.

Eu trabalho especificamente na área de política bilateral no Itamaraty e sou responsável direto pela relação com o Peru, um país que faz uma fronteira extensa com os Estados do Acre e do Amazonas, e também com outros países que não fazem fronteira, como o Equador e o Chile. Pedi aos meus colegas subsídios para falar um pouquinho sobre o que o Itamaraty tem feito para contribuir no esforço do Governo brasileiro de combater os ilícitos que atravessam as nossas fronteiras.

Primeiro, eu queria dar uma ideia do que acontece com o contrabando com o Paraguai. O Itamaraty tem consulados de fronteira, mas esses consulados não têm a função de fiscalizar esse tipo de crime. Porém, essa presença tem ajudado algumas vezes. Nossas embaixadas também têm servido como ponto focal para contato com o Governo estrangeiro. Por exemplo, eu lembro que em 2000 o Brasil assinou com o Paraguai um convênio para evitar dupla tributação e também para combater evasão fiscal. Esse convênio tratava, entre outros temas, da repressão ao contrabando também. Ele foi aprovado aqui no Congresso Nacional em 2003, mas foi rejeitado pelo Congresso paraguaio no ano seguinte.

Isso não impediu que continuássemos procurando cooperar com as autoridades paraguaias para combater o contrabando de cigarros paraguaios para o lado brasileiro e de açúcar brasileiro para o Paraguai na nossa fronteira, que é muito grande.

Esses temas são tratados também na Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Paraguai, que vem se reunindo anualmente. Ela é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, ela acontece com todos os países da América do Sul e se reúne pelo menos uma vez ao ano.



Na área de combate a tráfico de drogas, o Itamaraty mantém comissões bilaterais, em coordenação com o Ministério da Justiça, com vários países sul-americanos, com todos eles, na verdade. Nós podemos citar que nos últimos anos realizaram-se quatro reuniões importantes dessas comissões bilaterais: Brasil-Bolívia, Brasil-Peru, Brasil-Paraguai e Brasil-Guiana, isso num período que vem de meados de 2013 até hoje. A mais recente foi com o Paraguai em março deste ano.

Nessas comissões temos a participação da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, da COAF, da ANVISA e de outros órgãos e dos seus homólogos dos países vizinhos. Então, são coordenadas ações, são elaborados planos para repressão aos crimes transfronteiriços.

As embaixadas do Brasil, na América do Sul — não todas elas, mas muitas — têm adidos da Receita Federal e da Polícia Federal. Tenho aqui a informação das adidâncias policiais que na América do Sul são oito: Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Isso permite também um trabalho local da Polícia Federal junto ao Governo estrangeiro e uma coordenação melhor também com o Itamaraty.

Nós temos ainda os órgãos regionais de cooperação para combate a ilícitos. No MERCOSUL, por exemplo, o Brasil vem participando há muitos anos da Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção de Seu Uso Indevido e Reabilitação de Dependentes de Drogas, a UNASUL tem um Conselho ministerial sobre o Problema Mundial das Drogas e um de Segurança Cidadã, em que esses assuntos podem ser tratados. Temos ainda uma reunião ministerial da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos — CELAC, e temos órgãos interamericanos no âmbito da OEA e que também vêm prestando uma contribuição relevante para o combate a ilícitos nas Américas.

Eu queria falar um pouquinho mais do Peru, que é o país cujas relações com o Brasil estão diretamente vinculadas à divisão que eu chefiou no Itamaraty, e acho que é um bom exemplo, porque, como já foi citado aqui, é um dos maiores produtores de cocaína.

Nós temos com o Peru pelo menos dois tipos de mecanismos: um grupo trilateral — Brasil, Peru e Bolívia, onde já foram realizadas reuniões ministeriais com a presença do Ministro José Eduardo Cardozo, inclusive, em Lima e em La Paz, e



na última reunião aqui em Brasília, em julho de 2015, foi elaborado um plano de ação bienal, que vai de 2015 a 2017 e que compreende pelo menos oito ações de redução da oferta, uma de redução da demanda e uma de combate à lavagem de ativos. Esse é um dos mecanismos que temos para cooperar com o Peru no combate sobretudo ao tráfico de drogas.

Temos também mecanismos bilaterais, como a Comissão Mista Brasil-Peru sobre Drogas e Temas Conexos, que mencionei antes, e um convênio direto entre a Polícia Federal e a Polícia Nacional do Peru, que vem permitindo uma ação muito eficaz na fronteira tríplice ao norte — entre Brasil, Peru e Colômbia, a região conhecida como Trapézio Amazônico. Aí vêm sendo realizadas as chamadas Operações Trapézio, em que a Polícia Federal se coordena com a Polícia Nacional do Peru e realizam ações simultaneamente, o agente não atravessa a fronteira, mas a ação é coordenada dos dois lados para que seja mais eficaz. E tem conseguido grande sucesso, tem sido realizada já há alguns anos, a última aconteceu em abril desse ano. São destruídos laboratórios de produção de drogas e identificados aeroportos clandestinos. Estima-se que essa operação já tenha contribuído para reduzir 3 mil hectares de plantação de coca na região do Trapézio Amazônico, que é a região de fronteira entre Peru e Colômbia, muito próxima ao Brasil, à cidade de Tabatinga, no Amazonas.

Para ser muito breve, esse é um resumo do trabalho que o Itamaraty faz, não como protagonista, claro, mas como compete a nós, um facilitador de diálogo com os países vizinhos, porque os problemas de contrabando e de tráfico de drogas atravessam fronteiras e não podem ser eficazmente solucionados de forma unilateral. Precisamos de informação dos países vizinhos e de cooperação policial, e é nesse sentido que temos trabalhado.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) – Agradeço-lhe pela concisão, Sr. Marcelo, e por trazer a visão do Itamaraty sobre o tema, já que essa relação diplomática, e muitas vez até ideológica que se estabelece principalmente com o Paraguai, às vezes acaba pendendo a balança para um lado e sacrificando o setor produtivo de outro. Então, essa visão é interessante para a formatação das políticas públicas que virão.



Na sequência, o Sr. Murilo José Perini da Silva Braga, Coordenador de Fiscalização e Repressão e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, representando o Ministério da Fazenda, Receita Federal.

O SR. MURILO JOSÉ PERINI DA SILVA BRAGA – Muito obrigado. Se possível, farei a apresentação de pé, seguindo a sugestão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) – Perfeito. Sugestão acatada, Dr. Murilo.

O SR. MURILO JOSÉ PERINI DA SILVA BRAGA – Em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade, Deputado Efraim Filho, colegas que compõem a Mesa, Dr. Maurício, Dr. William, Dr. Hugo, Dr. Marcelo, meu nome é Murilo Braga, eu trabalho na Receita Federal, sou auditor fiscal, e sou Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita.

Estou aqui representando o Dr. Ernani Checcucci, que é o Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais. Já estive aqui anteriormente, é um imenso prazer. A Receita Federal, sempre que possível, estará aqui presente para colaborar com os trabalhos da Comissão. E fiz uma apresentação que é muito semelhante a esta. Eu tenho medo de quem já viu a outra apresentação ficar entediado com essa apresentação; mas temos alguns dados novos, e acho que de alguma maneira consegue dar um fluxo ao nosso raciocínio.

A apresentação é focada na Operação Fronteira Blindada. Como o colega do Ministério da Defesa, inclusive, apontou, é uma das operações, no caso, organizada pela Receita Federal, que tem foco, que está dentro do Plano Nacional de Fronteiras. Então, eu vou falar um pouquinho sobre a aduana brasileira, sobre a Operação Fronteira Blindada e mais especificamente sobre uma ação dentro da Operação Fronteira Blindada, recente, ocorrida no segundo semestre deste ano, a Ação Escudo.

Rapidamente, só para dar uma visão geral do que é a aduana moderna. A aduana moderna envolve uma série de atividades e tem sempre como base, qualquer ação realizada pela Receita Federal e pela aduana brasileira tem que levar em conta segurança e facilitação. E isso envolve o combate ao contrabando e ao descaminho, combate à contrafação e à pirataria, tráfico de armas e drogas,



lavagem e dinheiro, terrorismo e crime internacional, nós acabamos atuando em cada uma dessas áreas, e em outras também.

A Constituição Federal mostra o papel do Ministério da Fazenda na fiscalização e controle sobre o comércio exterior, e temos também o regimento interno da Receita Federal, uma Portaria MF, apresentando o nosso papel nas atividades de repressão, contrabando e descaminho.

É interessante eu passar para os senhores o que é o modelo de controle aduaneiro da Receita Federal. A nossa atuação não se restringe apenas à vigilância e à repressão aduaneira, que talvez seja a principal atividade no combate ao contrabando e ao descaminho, mas nós trabalhamos pensando na segurança e na agilidade do fluxo internacional de mercadorias, bens e viajantes, no gerenciamento de risco operacional, ou seja, procurando escolher o que vamos fiscalizar, como vamos fiscalizar, onde vamos fiscalizar, e aí nós atuamos em diversas áreas de trabalho: na habilitação/credenciamento de operadores; no controle de carga e durante o próprio despacho aduaneiro de importação e de exportação; em auditorias fiscais e de conformidades feitas *a posteriori*, que são auditorias feitas nas empresas; no controle de bens de viajantes e remessas expressas e postais; e também na vigilância e repressão aduaneira. Eu poderia dizer que toda essa parte aqui atua muito fortemente no universo declarado, é o controle estrito senso, e acontece quando o contribuinte se manifesta à Receita Federal, então, nós conseguimos, através dos nossos controles, atuar; e a vigilância e a repressão aduaneira atuam no universo não declarado, no universo que tenta fugir aos controles aduaneiros da Receita Federal.

Esse é o tamanho do nosso desafio, não é pequeno: 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão; cerca de 16 mil quilômetros de fronteira terrestre; mais de 7 mil quilômetros de orla marítima; no ano passado, 2,5 milhões de declarações de importação; 1,2 milhão de declarações de exportação; mais de 85 mil empresas habilitadas a operar no comércio exterior; mais de 13 mil despachantes credenciados no ano passado; 41 aeroportos alfandegados; 38 portos organizados; mais de 200 instalações portuárias; mais de 30 pontos de fronteira espalhados pela fronteira terrestre; mais de 73 instalações de interior; são 3 centros de remessas expressas; e 3 centros de remessas postais.



Esta é a nossa estrutura. Temos dez divisões de repressão; temos uma divisão de operações aéreas, temos 26 alfândegas, 55 inspetorias, 59 delegacias mistas, que atuam tanto com comércio exterior quanto com tributos internos, dois helicópteros atuando, 300 armas de calibre restrito acauteladas. São cerca de 4 mil auditores e analistas trabalhando na área de comércio exterior, três embarcações, mais de cem scanners de bagagem, mais de dez scanners móveis veiculares e 25 cães de faro. Essa é a nossa estrutura de trabalho, não apenas para a vigilância e repressão aduaneiras, os senhores perceberam, mas também para fazer todo o controle aduaneiro.

No que diz respeito à vigilância e repressão, o nosso foco vai estar aí: nós atuamos muito fortemente no contrabando de cigarro, no contrabando de descaminho, em geral, contrafação e pirataria, tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e tráfico internacional de armas também.

O Plano Estratégico de Fronteiras, que já foi mostrado, tem a nossa participação. E com base nessa participação, a Receita Federal montou a Operação Fronteira Blindada, que funciona desde o final de 2011, mas efetivamente a partir 2012, uma atuação permanente da Receita Federal no combate ao contrabando, descaminho e pirataria, inserido no Plano Estratégico de Fronteiras. Aí há uma diferença da Operação Ágata, por exemplo. A Operação Ágata é pontual, é feita, e aí sai, como foi explicado aqui. A Operação Fronteira Blindada é permanente e não é só uma operação, são várias operações espalhadas, que são feitas de forma intermitente, durante todo o ano.

Eu tenho inclusive a evolução de 2010 a 2014 das operações de vigilância e de repressão aduaneiras feitas pela Receita Federal. No ano passado, foram 3.110 ações, operações de vigilância e repressão. Essas operações de vigilância e repressão podem ser feitas nas fronteiras, mas também são feitas dentro do País, em centros de comércio, em estradas, e assim por diante.

Percebe-se que, nesse período, houve um aumento de 35% nas operações. Cerca de dois terços das operações foram feitas sem apoio policial, ou seja, nós acabamos tendo que fazer sozinhos. Em 2015, até outubro, foram 2.619 operações.

No valor de mercadorias apreendidas, também tivemos uma evolução de mais de 40% nesse período. No ano passado, chegamos a mais de um bilhão e 800



milhões de mercadorias apreendidas. Em 2012, houve um salto, mas por causa de uma apreensão atípica de 350 milhões de óleo cru, então nós não consideramos muito esse numero elevado em 2012. Este ano já estamos chegando a 1,6 bilhão em apreensões, até outubro.

O principal produto que faz parte das nossas apreensões é cigarro. Nós temos cada vez maior percentual da participação de cigarro nas nossas apreensões, e isso vem crescendo. Em 2015, já está em cerca de 37% das apreensões; no ano passado, foi 28%. Mas nós também fazemos apreensões de diversos outros produtos: eletroeletrônicos, veículos, vestuário, óculos de sol, informática, relógios brinquedos, bolsas, e dentro desses produtos, com certeza, tem contrafação e pirataria.

Este é um quadro que mostra a apreensão de drogas. Também houve um crescimento na colaboração entre Receita Federal e Polícia Federal nas apreensões de drogas, que nós sempre fazemos em parceria, e passamos as drogas apreendidas para eles, mas esse também é nosso papel, dentro do controle do comércio exterior e do controle das fronteiras. Houve mais de 100% de incremento, de 2011 a 2014.

Os números de 2014, para resumir: mais de 5 mil armas e simulacros apreendidos; mais de 182 milhões de maços de cigarros apreendidos; mais de 7mil veículos apreendidos; 1,8 bilhão de mercadorias apreendidas; 860 prisões efetuadas, só em Foz do Iguaçu; e 8,7 toneladas de drogas apreendidas.

As ações realizadas na Operação Fronteira Blindada tem vários perfis. Um dos perfis é um perfil mais focado: um dia vai lá, faz a operação, e sai. Mas existem algumas operações em que nós procuramos ter um prazo maior, para ter um impacto maior em termos de percepção de risco e de presença fiscal.

A Ação Escudo foi um exemplo disso. Ela foi iniciada no dia 24 de abril e foi até o final de agosto, foram mais de 120 dias. A atuação foi feita na fronteira do Paraguai, Brasil e Paraguai, e também no Estado de São Paulo, que é talvez o principal centro receptor das mercadorias contrabandeadas pela sua pujança.

A ação foi feita em fronteira, em estrada e em centros de consumo. Tivemos a prevenção e repressão de crimes transfronteiriços, parceria forte com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e com as polícias estaduais, como já falei,



em busca de um impacto de percepção fiscal, de presença fiscal e de percepção de risco, que, às vezes, é difícil quantificar. Há um trabalho bem interessante do ETCO — Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial — a respeito disso.

Na Ação Escudo foram 630 servidores participantes, 3 *scanners* estiveram na operação, os 2 helicópteros participaram também, 12 viaturas em média foram utilizadas por dia, equipes de cães de faro também estiveram presentes, foram fiscalizados quase 50 mil veículos, mais de 91 milhões de mercadorias foram retidas, quase 400 veículos retidos na operação, 110 prisões, em geral drogas, 23 armas e mais de 4 mil munições apreendidas, frascos de esteroides, quase 4 toneladas de entorpecentes, comprimidos de medicamentos, também foi feita a apreensão de numerário no Aeroporto de Foz do Iguaçu e mais de 14 milhões de maços de cigarros.

A intenção dessa apresentação foi mostrar como a Receita Federal vem atuando no sentido de cumprir o seu papel no combate ao contrabando e descaminho, para colaborar e contribuir com a sociedade para tentar minimizar essa chaga, que é realmente algo que procuramos, que a sociedade deve ter um cuidado maior a respeito.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A sua apresentação muito interessante, Sr. Murilo, mostra que as apreensões vêm aumentando. Aproveitando até a presença do Sr. William aqui, mostrando como esse debate integrado é importante, quero dizer que um dos grandes desafios que temos é acabar com essa percepção de impunidade no crime de contrabando.

O Sr. William se reportava sobre a legislação penal, que foi inclusive modificada há pouco tempo, em julho de 2014, para que se agravassem as penas do crime de contrabando, que ele saísse daqueles crimes da seara de menor potencial ofensivo para um crime que pudesse, por exemplo, permitir a prisão preventiva, que antigamente não permitia, a fiança, não apenas agora pela autoridade policial, mas pelo Poder Judiciário, que ajuda a coibir qualquer outro tipo de relacionamento mais informal, não é mais a suspensão condicional do processo a regra, ou seja, aquele trabalho de enxugar gelo, que muitas vezes — vamos ouvir



aqui o pessoal da Polícia Rodoviária Federal inclusive — desestimulava as autoridades policiais que levavam o infrator.

Ele entrava, assinava um mero termo circunstanciado e saía pela porta da frente da delegacia. Isso, claro, gera um desestímulo e um sentimento de impunidade. Acredito que com essa nova legislação, a partir de julho de 2014, e uma mudança de cultura nós iremos avançar.

Dando sequência às nossas falas, para encerrar a Mesa 2, que foi agregada com a presença do Sr. Marcelo Ramos, temos, por último, o Sr. Hugo de Barros Correia, Coordenador-Geral da Polícia Fazendária, também pelo prazo de 10 minutos. Peço o exercício da concisão e o poder de síntese, mas contando com a tolerância da Mesa.

O SR. HUGO DE BARROS CORREIA - Bom dia a todos. Deputado Efraim Filho, agradeço o convite que foi feito à Polícia Federal para participar desta audiência pública. Em nome dela, cumprimento V.Exa. e os demais representantes da Mesa.

Sendo o último a falar na segunda Mesa, é difícil trazer alguma coisa nova. Já foi falado aqui da nossa dificuldade sobre a extensão territorial. O Brasil tem grande extensão territorial, uma longa faixa de fronteira. Muitas vezes, quando tratamos do problema ou quando falamos de fronteira, só falamos da fronteira seca, mas também temos uma grande extensão territorial de fronteira marítima.

Outra dificuldade que também enfrentamos — e todos os órgãos públicos — é o efetivo. Temos um efetivo aquém do que seria necessário para um combate mais efetivo ou para uma proteção maior da entrada de mercadorias na fronteira. Há dificuldades também de recursos materiais, como o aparelhamento dos órgãos, que já foi falado. A articulação dos diversos órgãos é outro tema que precisamos aprimorar. E há o problema, que foi trazido aqui, às vezes, com os países vizinhos.

A audiência pública trata do Plano Estratégico de Fronteiras. A participação dos órgãos que foram convidados demonstra bem o foco da atuação da segurança pública e dos órgãos parceiros que atuam junto à segurança pública na região de fronteira.

Já foi demonstrada aqui também a atuação dos órgãos públicos. Se demonstrarmos os números, como foi mostrado agora pela Receita e nas outras



apresentações, há uma atuação significativa dos órgãos públicos na região de fronteira.

Como exemplo, a Polícia Federal, em 5 anos, indiciou — esses dados eu não tenho os de 2015 e os de 2014 —, mais preciso até 2009, aproximadamente 35 mil pessoas, ou seja, são aquelas investigações ou apreensões que conseguimos demonstrar, na opinião da polícia, que havia uma materialidade e um autor daquele crime. É um número que considero bastante significativo.

As apreensões demonstradas aqui na apresentação da Receita Federal, que acaba englobando as apreensões de todos os órgãos, já que é o órgão destinatário das apreensões, são mais de 7 bilhões nos últimos 5 anos apreendidos em mercadorias.

Nas nossas diversas operações, especialmente nas operações especiais, eu diria que a polícia tem um bom conhecimento dos criminosos que atuam na região de fronteira. Com toda essa ação, há alguns dados interessantes, algumas dessas pessoas que foram indiciadas já foram mais de uma vez. Há uma pessoa que já foi indiciada mais de cinco vezes por cometer o mesmo crime de contrabando, daí chegamos à conclusão de que o sistema penal não tem sido suficiente para inibir as pessoas de participar do crime. Todas essas questões já foram postas aqui, e o tempo é muito curto. Eu citei só para reforçar.

Foi falado aqui pelo General Álvaro, na Mesa anterior, que existe um mito — acho que ele não falou em mito, eu que estou trazendo essa palavra —, mas fechar a fronteira não vai solucionar o problema do contrabando.

Atuando nesse mito ou olhando para esse mito de que fechar a fronteira vai resolver o problema da entrada de produtos ilícitos, acabamos acreditando que fiscalizar na fronteira vai solucionar o problema. De fato, uma fiscalização maior e mais eficiente vai trazer um aprimoramento, mas não vai ser a solução.

Como eu estava falando e acabei interrompendo, fronteira seca é normalmente o que olhamos, mas há a fronteira marítima. Eu diria que a maior parte dos produtos ilícitos que entra hoje no País não entra pela fronteira seca, mas sim pela marítima.

Nós temos também os portos secos, que não ficam na região de fronteira. Nós temos os aeroportos, que também fazem transporte de cargas. Nós temos



grandes centros distribuidores de produtos ilícitos, e eu vou citar aqui o principal do País, o Estado de São Paulo, mas há outros grandes centros de distribuição. E temos os grandes centros consumidores.

Então, quando nós estamos falando da entrada desses produtos ilícitos, existem problemas específicos na fronteira. E não podemos esquecer a fronteira. A atuação do Estado precisa ser em todo o País, até porque as organizações criminosas que atuam no contrabando ou em produtos ilícitos são diferentes.

E eu diria que o Brasil, ou as instituições brasileiras, já tem uma cultura muito forte de atuação na fronteira, mas não tanto em centros distribuidores e consumidores. Então, a quantidade de quadrilhas que já foram desarticuladas ou presas na fronteira é muito grande. A Polícia e a Receita se especializaram neste tipo de combate, mas, quando começamos a estudar como funciona o contrabando, vimos que essas quadrilhas são responsáveis pelo transporte de mercadoria.

Existem outras quadrilhas que são empresas que funcionam nos centros consumidores, recebem essas mercadorias, distribuem para outros locais do País e as comercializam. Então, se a gente só olha para a fronteira seca, nós só estamos olhando para uma parte do problema.

Essas organizações criminosas geralmente se distribuem, ou seja, têm um grupo que atua fora do País para internalizar esta mercadoria, tem um grupo que faz o transporte e tem outro grupo que comercializa e distribui.

Então, aqueles problemas que a gente falou de efetivo e de extensão territorial acabam aumentando. Então, quando eu tenho um problema de extensão territorial, não é só de fronteira marítima e de fronteira seca. É de extensão territorial do País. Quando se fala de problema de efetivo, não se está falando só de problema de efetivo da fronteira, mas de todo o País. Eu preciso atuar em todo o País. Se eu não atuo em São Paulo, esta mercadoria vai continuar passando, por mais que a gente fiscalize a fronteira, e lá é um grande mercado distribuidor e consumidor.

O problema de recursos é da fronteira, mas é em todo o País. Então, não adianta tirar o efetivo de outros locais. Por exemplo, em São Paulo, há poucos policiais; na Região Nordeste, há poucos policiais federais; na Região Sul, há poucos policiais. Deslocando-se todos para a fronteira, haverá um problema que não



será solucionado em outro ponto. Então, todos esses problemas não são só problema de fronteira. É um problema que atinge todo o País.

Então, a atuação do Estado para diminuir ou minimizar a entrada desses produtos ilícitos deve ser articulada não só na região de fronteira, mas também em todo o País, especialmente em região de fronteira e nos grandes centros distribuidores, porque os criminosos e quadrilhas que atuam nessas regiões são diferentes daqueles que atuam na fronteira.

E aí eu chamo mais uma vez atenção para a situação das regiões de portos, que são os locais por onde mais entram mercadorias no País. Eu diria até mais do que em região de fronteira.

Por fim, nós também temos uma cultura no País de se colocar a solução de segurança pública e penal como a solução do problema. E o Dr. William falou que as ações cíveis têm sido feitas pelo Ministério Público. Na Polícia Federal, nós temos tentado conversar com diversos delegados que atuam no País e, com isso, algumas ações tem ocorrido.

A gente sente a falta às vezes de outras instituições públicas que não participam e que poderiam ter uma influência maior.

Eu vou citar um caso aqui. Em Santo Ângelo, há alguns anos, a gente fez uma ação em que existia um mercado que funcionava na faixa de fronteira. Não adianta a polícia ir até lá e prender as pessoas. Aquele mercado ilícito tem que ser retirado do local. E a ação da Prefeitura, neste caso, foi bastante interessante.

Em outra investigação nossa, em um centro distribuidor em Belo Horizonte, a polícia solicitou ao Poder Judiciário que caçasse a licença dos estabelecimentos. E esta não é uma ação penal. É uma ação administrativa que o próprio Estado pode tomar. Ou seja, se você tem um comércio dentro de um local que as pessoas têm uma autorização do Estado para funcionamento de um estabelecimento, você está comercializando produtos ilícitos. A polícia vai, atua, prende as pessoas, mas o comércio continua funcionando e, muitas vezes, continua funcionando vendendo os mesmos produtos ilícitos. E isso dificulta demais a fiscalização quando se mistura a atuação lícita com a atuação ilícita.

Então, para concluir, apesar de eu já ter extrapolado um pouco do meu tempo, eu acredito que esta preocupação com a entrada de produtos ilícitos no País



tem que haver não só para a região de fronteira, mas para todo o País. Outras esferas governamentais, além dos órgãos de segurança pública e de fiscalização de fronteiras, também precisam participar. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito boa, Sr. Hugo Barros, essa visão da Polícia Federal sobre o tema. Sem dúvida nenhuma, esses três pilares — recursos financeiros, recursos tecnológicos e recursos humanos — são o sonho de cada uma das categorias aqui. E a gente sente esta deficiência e esta carência muito grandes hoje no Brasil. É unanimidade. Tenta-se tirar leite de pedra. Tenta-se fazer com poucos o que seria necessário fazer com muitos. Agradecemos esta visão, esta contribuição e esta dedicação.

O último aspecto que você comentou sobre a cassação de alvará de funcionamento está previsto em um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 1.530/2015. Ele está tramitando na Casa.

Eu sou autor do projeto que reformou o Código Penal, que começou em 2011 e em 2014 virou lei. A Frente Parlamentar deu entrada no PL 1.530/2015, que — além da previsão explícita como uma norma promocional já que hoje já seria possível fazer a cassação do alvará de funcionamento — prevê a apreensão da carteira de motorista daquele que for pego transportando a mercadoria, porque muitas vezes a pessoas alega que é simplesmente um prestador de serviço, mas tem participação na quadrilha.

Como você falou, não é só na fronteira seca que acontece o crime. O crime e a quadrilha estão muito mais organizados do que se pensa, atuando tanto na fronteira como além dela.

Agradeço a presença do Sr. Murilo Braga, do Sr. Maurício Rasi, do Sr. William Teixeira, do Sr. Hugo Barros e do Sr. Marcelo Ramos. Encerramos assim a nossa segunda Mesa de trabalhos. Agradeço a contribuição dos senhores. *(Palmas.)*

(Pausa prolongada.)

É uma Mesa plural, com diversos pontos de vista, que serão interessantes para a evolução das políticas públicas de fronteira.

A Mesa número três inclui os temas: Paraguai, policiamento, ilegalidade no País e o desenvolvimento social nas regiões de fronteira.



Convidamos, para compor a Mesa, o Sr. Moisés Dionísio da Silva, Chefe da Divisão de Operações de Inteligência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; a Sra. Sílvia Helena de Alencar Felismino, representando o SINDIRECEITA da categoria dos analistas tributários; o Sr. Edson Luiz Vismona, Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade... tributários. Seja bem-vindo.

Queremos convidar o Sr. Edson Luiz Vismona, Presidente do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade — FNCP, já bastante conhecido aqui dos trabalhos da Frente Parlamentar. Seja muito bem-vindo, Sr. Edson.

Queremos convidar também o Sr. Luciano Barros, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras — IDESF.

Para encerrar a nossa mesa, convidamos o Sr. Waltoedson Dourado de Arruda, representante do SINDIFISCO, categoria dos auditores-fiscais. *(Palmas.)*

Mais uma vez, relembro a necessidade do poder de concisão e síntese dos argumentos. Se cada um falar seus 10 minutos, teremos ainda 50 minutos de audiência. Então, antes das 14 horas, se Deus quiser, poderemos encerrá-la para que prossigamos com a agenda de todos.

Concedo a palavra ao Sr. Moisés Dionísio da Silva para fazer a sua apresentação.

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA - Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Efraim Filho, em nome do qual cumprimento a mesa. Aproveito para agradecer, em nome do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a solicitação para estar aqui presente. Aproveito também para prestar contas sobre o que nós fazemos pela política de fronteira com a Operação Sentinela.

Peço licença para ficar em pé um pouco. *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, eu vou tentar certamente passar um pouco da estrutura da Polícia Rodoviária Federal e, depois, vou falar um pouco sobre a Operação Sentinela e o Plano Estratégico de Fronteira, que me foi solicitado falar aqui.

A Polícia Rodoviária Federal tem área de atuação precípua às rodovias federais, que estão em torno de 71 mil quilômetros. Hoje 87% da economia do País transita em rodovias federais.



Washington Luís, em 1926, falou que o Governo iria fazer estradas. Junto com elas, ele criou a Polícia Rodoviária.

Hoje a Polícia Rodoviária Federal atua em todo o território nacional com aproximadamente 10.236 policiais. Na última apresentação, eram 10.180 policiais, mas como houve algumas nomeações, tivemos um pequeno aumento nesse número.

Temos 573 pontos de fiscalização em todo o País, com Superintendências, Delegacias e Unidades Operacionais. Na faixa de fronteira, temos 99 Unidades Operacionais e, nos 11 Estados de fronteira — do Rio Grande do Sul até o Pará —, temos 3.892 policiais, conforme verificado ontem no nosso sistema.

A Polícia Rodoviária Federal atua de várias formas no combate à criminalidade no País: nos crimes contra o meio ambiente, no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais, no enfrentamento à pirataria e às fraudes veiculares. Atuamos também no enfrentamento ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas e munições, ao contrabando e descaminho, que são inerentes aos crimes de fronteira. Além disso, atuamos na segurança do trânsito, incluindo, ultimamente, a greve dos caminhoneiros em todo o País.

Vamos falar um pouco sobre o tráfico de drogas e armas e o contrabando de cigarros, pois possuem rotas, cadeia logística e *modus operandi* bem similares para chegar aos grandes centros.

Hoje, quando falamos em contrabando, temos que falar também em tráfico de armas, drogas e munições. Vejam as rotas do tráfico de armas e drogas e, então, passemos um pouco mais à frente para ver as rotas do contrabando de cigarros. As rotas são muito similares.

Conforme foi passado por outro apresentador aqui, o cigarro traz um prejuízo, em impostos, em torno de 4,5 bilhões de reais. Vocês não imaginam de quanto é o prejuízo à saúde pública. Isso deve chegar a cerca de mais 5 ou 6 bilhões de reais anuais à saúde pública.

Essa rota aqui em cima, onde se vê contrabando de cigarro entrando por Fortaleza, é um fato bem estranho. Em 2012, nós tivemos um problema na fronteira do Paraguai, onde a repressão ao contrabando de cigarro foi muito mais forte. Nós implementamos uma política forte de enfrentamento ao contrabando, e começaram



a queimar carros particulares de policiais rodoviários federais. Isso foi uma afronta ao Estado.

Naquele tempo, eu era responsável, na Polícia Rodoviária Federal, pela parte de enfrentamento ao crime. Blindei, durante 30 dias, toda a fronteira, com foco principal nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Os dois Estados foram praticamente fechados com equipes táticas, serviços de inteligência, cães policiais, aeronaves, escâneres veiculares. Estrangulamos a rota do contrabando de cigarros.

Um mês depois, nós apreendemos cigarros do Paraguai, que estavam entrando em Fortaleza, por navio. Como acontecia isso? Eles saíam, por terra, do Paraguai e da Bolívia para um porto aqui em cima. De lá, vieram de navio e desceram para o Ceará. Isso é para vocês verem quão lucrativo é o cigarro. Eles foram até o Suriname; de lá, pegaram o navio e desceram para o Ceará. O mesmo cigarro que nós apreendíamos em Foz do Iguaçu foi apreendido no Ceará, com toda essa rota reversa, para ir para São Paulo. Pensem no quão lucrativo hoje é o contrabando de cigarros no País.

Da mesma forma, será com armas, drogas e munições. Uma situação que preocupa um pouco a Polícia Rodoviária Federal é o tráfico de armas na fronteira. Nós da Polícia Rodoviária Federal encontramos drogas, inclusive, nas partes íntimas de mulheres e homens. Uns engolem drogas, outros colocam em várias partes do corpo. E não encontramos tantas armas. Pode ser que não tenhamos detectado a forma ainda, o *modus operandi*, dessa logística do tráfico de armas. Eu sei que eles andam pesado, com batedores na frente e atrás e sistemas de rádio, e que também corrompem agentes públicos. Vejam que as rotas são bem similares, a do tráfico de drogas e a do contrabando de cigarros.

Senhores, eu vou mostrar para vocês os resultados da Polícia Rodoviária Federal bem focado na parte de contrabando de drogas, armas e munições no ano de 2011. Ao final, vou mostrar a diferença em relação ao ano de 2014, após o implemento da Operação Sentinela e do Plano Estratégico de Fronteiras, que foi instituído em junho de 2011, com o Decreto nº 7.496.

Em 2011, nós apreendemos 60 toneladas de maconha, 6 toneladas de cocaína, 1.300 armas e 4 milhões e 800 mil pacotes de cigarros. Não estou falando de carteiras de cigarro, mas do pacote, que vem com 20 carteiras dentro.



Senhores, o Plano Estratégico de Fronteiras funcionou em vários eixos: eixo de pessoal, eixo estruturante, eixo de integração, eixo de infraestrutura, eixo de tecnologia e a Operação Sentinela, como forma de eixo ostensivo. Ele foi gerado dessa forma.

A PRF, no que coube a ela, investiu no Projeto Landel, que é radiocomunicação de fronteira, rádio criptografado, rádio digital. Ela está terminando sua implementação em dois Estados: Paraná e Mato Grosso do Sul, que são os mais sensíveis hoje para a Polícia Rodoviária Federal.

A recomposição anual de efetivos era um dos projetos das duas instituições — Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Nós temos o chamado gatilho: todas as vezes em que o efetivo das instituições caísse 20%, seria disparado um gatilho para que o efetivo fosse recomposto. Ou seja, o efetivo legal da Polícia Rodoviária hoje é 13.098 policiais, mas temos 10.236. Isso está em discussão no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A indenização por atividade de fronteira era o eixo da gestão de pessoal. Nós discutimos muito e foi aprovado em setembro de 2013. A lei que institui a indenização por atividade de fronteira completou 2 anos agora, em setembro, e não foi regulamentada ainda. Essa lei contempla Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Receita Federal e Ministério do Trabalho. São órgãos que trabalham em fronteira hoje e têm necessidade desse implemento. Dependendo do Estado em que se está, o voo para Brasília custa 5 mil reais. Além disso, não há médico adequado e, muitas vezes, não há escola adequada. Até locação de imóveis é um pouco mais caro. Quando se encontra algum muito barato, pode ser um imóvel locado para policiais, com escutas telefônicas ou ambientais, como já foi encontrado, para saber o que o policial ia discutir ou que operação ia fazer.

A Operação Sentinela foi criada para ser de cunho permanente, porém, em 2015, nós não tivemos recursos para a manutenção dela. Os órgãos estão utilizando os recursos internos, o que têm.

Quanto à adequação de instalações físicas, a Polícia Rodoviária Federal adequou várias instalações no País, vários postos e Unidades de Fronteira.



A aviação de segurança Pública ou as aeronaves com base integrada de fronteira não foram montadas, porém a PRF já tem duas bases sendo ativadas: a base do Mato Grosso e a do Pará.

O Projeto Alerta Brasil foi uma aquisição de *software* de inteligência artificial com capacidade de ler e identificar padrões que vem dando uma ajuda gigante para a apreensão de drogas, armas e munições. Inclusive, a última apreensão de 24,5 toneladas de maconha, na última terça-feira, foi feita com esse sistema que detecta padrões de comportamentos.

A Polícia Rodoviária Federal não conseguiu manter seu efetivo, apesar de ter havido vários concursos, mas investiu pesado em tecnologia. É o meio que o órgão público pode dispor para diminuir um pouco o efetivo e melhorar a sua eficiência.

Houve a aquisição pela Polícia Rodoviária Federal também de cinco escâneres veiculares. Não são escâneres como os da Receita Federal, que são maiores. Nós temos escâneres menores, com alta mobilidade, que é o que nos dá maior capacidade de operar em várias partes do País.

Houve também a aquisição de *software* de tratamento de dados de inteligência, que foi entregue no final de 2011 e também ajuda diversas operações da Polícia Rodoviária Federal.

Em suma, senhores, a Polícia Rodoviária Federal praticamente manteve o mesmo número de policiais que tinha há 4 anos. Embora tenha havido diversos concursos, tivemos aposentadorias.

Após investirmos em tecnologia, melhoramento e capacitação do efetivo, vejam a diferença em relação à apreensão de maconha: em 2011, mostrei para vocês, foram 60 toneladas de maconha apreendidas; em 2014, foram 168 toneladas. Quanto à apreensão de cocaína, houve um aumento de duas toneladas. Quanto à apreensão de cigarros, mantiveram-se os 4 milhões. Nós tivemos um aumento em 2013, quando foi para quase 8 milhões de pacotes apreendidos.

Com base nisso, o investimento em fronteira é essencial e traz resultados substanciais. E digo mais, senhores: o País que não protege a fronteira não protege os seus cidadãos, não protege o mercado e não protege a saúde como forma de atuar do País, porque de medicamentos foram 716 mil unidades apreendidas.

Agradeço aos senhores, usei o tempo exato, aliás, passei um pouquinho só.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a tolerância da mesa, Sr. Moisés, eu agradeço pela explanação extremamente interessante.

Concedo a palavra à Sra. Sílvia de Alencar Filismino, representando o SINDIRECEITA, também pelo prazo de 10 minutos.

A SRA. SÍLVIA DE ALENCAR FILISMINO - Já não é mais “bom dia”. Então, boa tarde a todos. Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite do Deputado Efraim Filho para participar, mais uma vez, de uma audiência pública acerca de um tema tão relevante. E é mais importante ainda quando esta audiência se dá na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

É uma honra, mais uma vez, estar aqui representando a minha categoria — o analista tributário da Receita Federal. Com certeza, estarei me policiando com relação ao tempo, porque este é um tema apaixonante, e eu sou movida pela paixão: pelo meu cargo, pelo meu papel, pelo meu País. Então, eu realmente vou ter que me controlar.

O nosso sindicato é um sindicato cidadão e foi pioneiro em vários temas, pelo menos entre os servidores públicos, dentre eles o combate à pirataria e a criação da campanha educativa sem abrir mão da repressão: “*Viva originalidade. Pirata tô fora!*” E também fomos pioneiros no tema de fronteiras, em levantar o abandono em que vivem nossas fronteiras.

Aqui, muitos disseram o que já foi investido. De fato, foi investido muito, muita coisa melhorou, mas o crime é extremamente organizado, e não podemos apenas melhorar, tem que ser uma mudança constante, uma vigilância constante, porque o crime é extremamente dinâmico. Na hora em que você vacila, ele está lá de prontidão.

A Receita Federal tem um papel por demais importante na fiscalização de nossas fronteiras. O colega da Polícia Federal colocou uma coisa que o SINDIRECEITA vem alertando há bastante tempo: não só o contrabando, o descaminho, a pirataria, o tráfico de armas e drogas, mas a questão dos portos. Por isso, nesta Casa, nós lutamos tanto pela aprovação da lei de portos 24 horas, porque o nosso papel não é só é arrecadatário nas fronteiras. O nosso papel é a presença do Estado, é a fiscalização para intimidar o crime. Se você não funciona 24



horas, o crime funciona 24 horas. Então, essa questão da segurança é muito importante.

Aqui foi dito que é fundamental a questão das fronteiras: fronteiras abertas, país abandonado. Também foi dito que não adianta fechar as fronteiras com mão de obra, porque isso não resolve. Pode não resolver, mas nós estaremos, sim, diminuindo significativamente a atuação do crime organizado que vem assolando o nosso País, não só com sonegação, provocando a concorrência desleal com os nossos comerciantes, como também com a violência, com a entrada de munição, armamentos e produtos piratas, provocando uma enorme defasagem do nosso País em relação aos grandes países, aos demais países.

A pirataria hoje é uma rede criminosa que financia toda a articulação do crime organizado no País e anda de mão junta com tráfico de armas, o tráfico de drogas, o contrabando. Então, aqui não existe um crime menor. Todos os crimes são grandes, todos os crimes são de lesa-pátria.

Nessa postura de sindicato cidadão, eu gostaria de dizer que o SINDIRECEITA apoia integralmente o projeto de lei do deputado Efraim, que cria punições maiores para aquelas pessoas que são utilizadas, digamos assim, pelo crime organizado. A partir do momento em que se começa a criar dificultadores para eles continuarem sendo utilizados pelos crimes, vai haver, sim, uma diminuição da utilização desses “inocentes”.

Também se fazem necessários a valorização e o reconhecimento da carreira Auditoria da Receita Federal, composta por dois cargos. Nós precisamos, assim como os policiais e os policiais rodoviários federais, da implementação da indenização de fronteira, que foi aprovada por esta Casa em 2013. Isso é um desrespeito não só aos servidores, mas a esta casa, porque as leis são aprovadas e não são cumpridas. Faz-se necessário votar a PEC nº 339, que trata do adicional noturno daquelas pessoas que varam a madrugada enfrentando o crime organizado, bem como se faz necessário votar o mais rápido possível não só Estatuto do Desarmamento, onde a nossa carreira é contemplada, como a MP nº 693, que trata do porte de arma. Como nós, da carreira Auditoria da Receita Federal, muitas vezes, sozinhos — não porque a polícia não queira nos dar o suporte, mas por falta de mão de obra para nos dar o suporte — vamos enfrentar o crime organizado desarmados?



Então, esses são os principais pontos. Nós iríamos apresentar os números, os vídeos, mas aqui eu fui muito bem antecipada por todos. Todos mostraram com clareza os números, a situação das fronteiras, a necessidade premente de se fazer concurso para o cargo de analista. Nós precisamos dar uma atenção especial às fronteiras e aos servidores que nela atuam.

Esses são os vídeos da nossa atuação (analista tributário) nas diversas unidades de fronteira do País.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO - É flagrante... Há mais algum? *(Pausa.)*

Não pode passar mais muito, senão eu fico sem voz. *(Risos.)*

(Exibição de vídeo.)

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO - O analista tributário está presente em todas as fronteiras, e se faz necessário também um aprimoramento na lei das atribuições. A Receita Federal é um órgão que tem preponderância na Aduana, e se faz necessária sua presença diuturna em todos os pontos de fronteira.

Eu vou tentar pegar só alguns dados para vocês terem noção da necessidade. Aqui já foi dito sobre a extensão das fronteiras, a quantidade de portos e aeroportos que nós temos. E se faz necessário contratar concursados o mais rápido possível. Hoje nós temos 1.098 analistas tributários trabalhando em toda a Aduana brasileira. Isso não significa dizer que todo aquele analista está lotado no combate ao crime organizado, muitos estão distribuídos em funções meramente administrativas. Isso para mim é malversação de recurso público. Nós temos que ser mais bem utilizados na função principal da Receita Federal, que é fiscalizar e controlar aquilo que entra e aquilo que sai de todo País. O analista tributário se sente honrado com esta oportunidade. Gostaria de fortalecer a necessidade da fiscalização das fronteiras em nosso País.

O tempo está se esgotando, e eu não vou mais me alongar, atendendo ao pedido do Deputado.

Muito obrigada a todos. Ajudem-nos a fiscalizar este País. Ajudem-nos a inverter essa lógica. O nosso País tem saída, e é possível, sim, diminuir a



criminalidade. Basta que ajamos de maneira coerente, eficaz, brasileira, patriótica, pensando no bem estar da sociedade. Essa é a proposta do analista tributário para o Brasil. Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigada, Dra. Silvia Helena de Alencar Filismino, Presidente do SINDIRECEITA do País.

Passo a palavra ao Sr. Edson Luiz Vismona; e, na sequência, ao Sr. Luciano Stremel e ao Sr. Waltoedson.

O SR. EDSON LUIZ VISMONA - Muito obrigado, Exmo. Deputado Efraim Filho.

Eu quero, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, os analistas, os auditores e os representantes da sociedade civil. E quero parabenizá-lo, mais uma vez, Deputado, por essa iniciativa. O senhor tem demonstrado a sua liderança na defesa do interesse nacional, que é o nosso mercado e a possibilidade de termos relações mais justas neste nosso País.

Desde a primeira Mesa, eu tenho ouvido muitos interessantes depoimentos. Eu me lembrei do poeta Chico Buarque, que disse em uma grande música: *“Dormia a nossa pátria-mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações”*. É isto que nós estamos fazendo aqui, Sr. Deputado: acordando a nossa Pátria para defender os nossos interesses. É isso que nós temos que fazer, cada vez mais, com rigor e eficácia.

Eu vou fazer uma rápida apresentação. O nosso fórum foi fundado em 2006 e tem essa visão de união de esforços. E nesse processo em que nós temos trabalhado, com mais de 30 associações, com os mais variados produtos, temos procurado despertar essa Pátria, porque são os setores produtivos que investem no Brasil, que empregam e que são cobrados sempre a pagar a conta, uma conta que nós não aguentamos mais pagar; nem nós, setores produtivos, e, muito menos, os consumidores. Esse Estado que está aí não nos atende mais; há muito tempo, mas isso só se agrava. A cada crise econômica, a solução é: vamos aumentar mais os impostos, sufocando quem gera empregos, sufocando quem investe. Essa é uma realidade nefasta e perversa, e nós não aguentamos mais isso. Recentemente, tivemos que enfrentar pedidos, enviados às Assembleias Legislativas, de aumento



de impostos, para suprir uma crise. Mas isso vai aprofundar a crise. E esses setores unidos têm demonstrado isso.

Foi aqui apresentado, pelo Deputado, o número de 100 bilhões de reais. Aqui, eu mostro por setor: são 18 setores que fizeram a coligação de informações. Esse número é conservador. É muito mais. Cem bilhões é um número conservador, e aí estão embutidas perdas de sonegação de mais de 30 bilhões de reais.

Nós fortalecemos — como já disse aqui o companheiro Bomfiglio, do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, porque é isto que nós queremos —, e defendemos o patrimônio nacional, que é o nosso mercado. E nós temos levantado essa bandeira com propostas específicas, que vão ao encontro dos interesses da Nação, dos interesses de quem quer ver este País defendendo o que é seu. É este o processo que nós temos que fortalecer: defender o que é nosso. Os outros países estão fazendo isso.

Foi aqui apresentado um estudo de que o Paraguai está realizando o desenvolvimento econômico na fronteira. Eles lá têm foco, eles já têm plano estratégico. E nós temos? Os dados apresentados pela nossa Presidente do SINDIRECEITA — Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, Dra. Silvia, mostram quão heroico é o trabalho dos analistas e dos auditores. Eles estão em número reduzidíssimo para enfrentar esse desafio aí. Vejam lá: 35 aeroportos, 38 portos, 27 pontos de fronteira, 66 portos secos. Nós temos um número ínfimo de funcionários para atuar nessa área, sem receber gratificação, sem receber diária e cumprindo a missão, porque é impressionante o número de apreensões, diante do que nós temos, do que o Estado brasileiro oferece como meios para cumprir uma missão, que fica cada vez mais impossível, porque esse Estado não nos convém.

Foi falado aqui do contrabando que vem do Paraguai. Só do Paraguai, são 20 bilhões ao ano, conforme dados da Receita Federal. E aí é o que nós estamos enfrentando. Esses são organizados. Esses não têm falta de recursos. Esses ignoram a lei. Esses não querem saber o que este Congresso faz ou deixa de fazer. Se a Receita existe, se a Polícia Federal existe, se a Polícia Rodoviária Federal existe, não importa. Eles têm bilhões ao seu dispor e atuam em todas essas interfaces.



Ontem, nós estivemos em Caxias do Sul, e eu tive a oportunidade de falar para a Câmara Municipal de Vereadores. E, querido Deputado, há uma resistência quando a polícia ocupa as áreas de comércio ilegal das cidades. Mostraram um filme com a população se revoltando contra a polícia, dizendo: *“Deixe esse rapaz trabalhar, coitadinho; ele não é criminoso”*. Ou seja, nós temos que enfrentar ainda isso. A população brasileira acha que combater esse tipo de crime é algo que não deveria ser feito.

E, ontem, na Câmara Municipal, de Caxias do Sul, havia lá pessoas defendendo a posição de que combater esse crime, combater o comércio ilegal, afronta os direitos humanos. Vejam só que bela confusão é essa. A quem atende isso? A nós? Não, ao crime organizado. Eles são tão competentes que conseguem também inserir na sociedade brasileira que mercado ilegal é uma prática em defesa dos direitos humanos. Vejam só que maravilha! Vamos estimular o crime. Isso é um absurdo. E nós ouvimos isso! Eu tive a oportunidade de falar isso na Câmara Municipal, ontem, para mostrar exatamente o contrário. Crime é crime.

E aqui está como essas organizações criminosas atuam, interligadas em todas essas práticas. É essa árvore que nós precisamos combater. E para combater a oferta, nós temos que ter repressão. Para combater a oferta, nós temos que ter ações específicas nas nossas fronteiras, nos nossos portos, nos nossos aeroportos.

E aqui, uma situação que nós temos que ressaltar: o fórum todo ano realiza o Seminário Tríplice Fronteira, em Foz do Iguaçu. Este ano, nós conseguimos reunir todas as forças federais na mesma mesa. O número apresentado aqui pelo senhor procurador, dos inquéritos, das denúncias, assustou-me muito. E foi muito interessante o debate, porque estavam lá um juiz federal, uma procuradora da República, o chefe da Polícia Federal, a Inteligência da Receita Federal, e a PRF. Uma palavra que foi dita aqui, de forma repetida, demonstra a sua importância: informação.

Informação, nós temos. Mas, conforme o número apresentado pelo Procurador da República, das 17 mil, se não me engano, 15 ou 14 mil foram arquivadas. Arquivadas por quê? Porque há uma decisão jurisprudencial, do Supremo Tribunal Federal, dizendo que delitos até 20 mil reais afastam a punibilidade. Então, as nossas estruturas de Estado não podem agir contra esses



coitadinhos, porque são só 20 mil reais. Pelo que nós clamamos? Vamos qualificar essa informação, Dr. Waltoedson, para que essas informações surtam efeito, porque, com certeza, nessas 15 mil denúncias, nós vamos ter inúmeros nomes que vão se repetir várias vezes. O crime organizado, com base na decisão do Supremo, fez o quê? Criou grandes remessas de produtos contrabandeados para o Brasil? Não. Diminuiu para contêineres menores, para ser atendido pela jurisprudência do nosso Supremo Tribunal Federal. E nós não estamos vendo isso? Os criminosos mais organizados não trazem contêineres com uma carga muito alta, não. Por quê? Porque eles sabem da decisão judicial e saem pela porta dos fundos. Eles não têm o que temer.

Então, vejam, isso tudo demonstra que nós temos um trabalho enorme, mas nós temos que nos interligar cada vez mais, aperfeiçoar a informação. Foi o pedido que nós fizemos nesse Tríplice: vamos nos reunir, pelo menos uma vez por mês, e vamos avaliar essas informações. Que contrabandistas são esses? Porque, se for pelo valor, está tudo fora, não sobra nada. Então, temos que identificar melhor isso. Vamos qualificar essa informação. Ação integrada é fundamental nesse processo, eu não tenho a menor dúvida. Nós temos que, cada vez mais, fortalecer isso.

Nós temos cada vez mais Governo e menos Estado, e essa equação nós temos que inverter também. Eu quero mais Estado e menos Governo; eu quero menos cargos de confiança e mais auditores, mais policiais federais, mais analistas federais, porque é o Estado brasileiro que precisa funcionar. Nós pagamos, e caro, por essa conta. Caríssimo. É só avaliar a quanto nós já chegamos na arrecadação. Agora, já passamos de um trilhão, com certeza. Um trilhão de reais nós já colocamos na mão do Estado. O que nós estamos recebendo de volta? Nós queremos organização. Nós queremos informação. Nós queremos participar dessas reuniões bilaterais, que o Itamarati aqui comentou. Não é só para combater o tráfico de droga, mas também para defender o mercado ilegal brasileiro.

Se estivemos com Ministro das Relações Exteriores e dissemos a ele: *“Ministro, nós precisamos mudar essa agenda com os nossos países vizinhos. Existe uma agenda que não está sendo debatida, que é a ilegalidade, que é a ação criminosa”*. E os países têm que se unir, porque isso corrói ambos os lados, não são



o nosso. Sobre essa ideia do controle de fronteiras, nós tivemos alguns estudos sendo apresentados; um, em especial, do Tribunal de Contas da União.

A questão do controle de fronteira, já foi dito aqui, é um problema de segurança pública, com certeza. É um tema recorrente nas eleições. Em toda eleição, os candidatos falam da importância do controle de fronteiras. Na prática, não acontece nada, nós sabemos. Plano Estratégico de Fronteiras, desculpem-me, está mais para carta de intenções do que para uma realidade. Por que está na carta de intenções e não na realidade? Contingenciamento de gastos, disse o nosso Presidente. Eu passei oito anos no serviço público. Grande parte do meu tempo era lutando na Secretaria da Fazenda ou no Ministério da Fazenda para descontingenciar recursos, porque fica tudo contingenciado.

O chefe ou o Ministro, o Comandante do Exército, General Eduardo Vilas Boas disse: o contingenciamento de gastos prejudica os projetos de segurança. Não adianta ter planos sem recursos, e é o que estamos vendo. O Tribunal de Contas apresentou essa análise da auditoria operacional, na avaliação de governança de políticas públicas no fortalecimento da faixa de fronteira, com um relatório detalhado. É muito interessante avaliar.

O PPA de 2012 a 2015 previa a enorme quantia de 12 milhões de reais para um plano de fronteira. Sabem quanto foi aplicado em 2012? 352 mil reais. Acho que é um décimo do lucro que têm os contrabandistas com caminhão de cigarros. Em 2013 e 2014 não foi aplicado nada, nada. Está no Tribunal de Contas este relatório. Vejam, de que adianta nós termos um plano estratégico sem dinheiro? É uma piada. O crime organizado está dando risada da gente até hoje e vão continuar rindo, porque ele tem dinheiro, nós é que não temos.

Por fim, o relatório do TCU aponta, e estou terminando, agradecendo a generosidade do nosso Presidente, S.Exa. fala do tempo e iria falar mais, poderíamos negociar. Mas vou concluir já.

O Projeto de Lei 6.460 de 2013, temos de transformar isso em Lei. Não basta de Lei executá-la. Por fim, gostaria de apresentar aqui esse quadro, que é do Tribunal de Contas. Essa é a estrutura que nós temos de ter nas fronteiras, os pilares para dar essa estrutura de um quadro que signifique a integração de todos os órgãos. Nós da sociedade civil vemos o Estado como um só. O Estado se vê como



repartições. Nós queremos que, cada vez mais, os Estados se vejam de forma integrada, superando essas enormes dificuldades que entra Governo e sai Governo são criadas e esse Estado não atende mais às nossas necessidades. É esse depoimento que faço, um pouco indignado, porque realmente cansa. Eu sei que o nosso Deputado tem sido uma voz forte nesse sentido. Cansa, a gente vê tanta estrutura com dificuldades enormes para superar algo que nos afeta diretamente e afeta claramente a nossa sociedade como um todo, seja no aspecto da criminalidade, da falta de investimento e da falta de empregos, o que é cada vez mais preocupante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Parafraseando o juiz Sérgio Moro, que falou sobre corrupção, podemos falar sobre contrabando, que, muitas vezes, é pregar no deserto ao falar de combate ao contrabando. É um caldo de cultura que tem sido criado, tem sido gerado e oportunidades como essa nos ajudam. Além do público rotativo que passou por aqui toda essa manhã e início de tarde, nós também temos a transmissão ao vivo pela Internet da Câmara, quem quiser pode nos assistir pelos *links* da Internet, e também mais tarde essa Audiência será reprisada pela *TV Câmara*. A nossa pregação vai mais do que no deserto.

Concedo a palavra ao Sr. Luciano Barros, que disporá de 10 minutos.

O SR. LUCIANO STREMEL BARROS - Boa tarde a todos, boa tarde Deputado Efraim Filho, muito nos honra estar aqui hoje nesta Audiência Pública. Temos acompanhando a forma republicana que V.Exa. tem conduzido esta Frente Parlamentar, com toda cobrança e com a criação de nova legislação para combater o crime organizado. Edson, combatente antigo, parabéns antecipado pelos 10 anos do Fórum Nacional de Combate à Pirataria, que estará cumprindo esta data em 2016.

Professor e amigo, Moisés Dionísio, combatente da Polícia Rodoviária Federal, que roda essas fronteiras desde que o conheço, sempre de carro. A (ininteligível) também roda esse Brasil todo. É um grande amigo e combatente. Desde o tempo que ele estava na Coordenação de Repressão da Receita temos feito trabalhos conjuntos para que possamos melhorar essa questão das fronteiras brasileiras.



O nosso Instituto, o IDESF, tem focado em algumas situações de diagnóstico das áreas de fronteira, trazendo as características das regiões de fronteira para que possamos entender como anda o relacionamento do Brasil com relação a investimentos e com os países vizinhos.

Esses diagnósticos acabam descortinando coisas espetaculares sobre a realidade brasileira. Nós iniciamos com o diagnóstico das características das sociedades de fronteira no ano passado. Dos 122 Municípios que existem exatamente em cima da linha de fronteira e dos 588 que existem na faixa de fronteira, afastados 150 km da linha de fronteira, nós podemos identificar coisas espetaculares como, por exemplo, a falta de desenvolvimento econômico e social que encontramos nessas áreas de fronteira face às características do Brasil como um todo.

Um dos pontos altos disso, nós vemos que a educação na área de fronteira vai muito mal, saúde na área de fronteira vai muito mal, especialmente, a segurança pública vai muito mal. Isso prova os estudos que o SINDIRECEITA fez, que a própria SINDIFISCO realizou, o Sindicato da Polícia Federal, mostrando que faltam efetivos nessas áreas.

Nós temos nesses 16 mil e 800 km de fronteira alguns problemas que são comuns a todas as áreas. Um desses problemas é a entrada do tráfico de drogas, de armas e do contrabando. Isso tem gerado uma violência espetacular em todo o Brasil. Toda arma que entra no Brasil, especialmente esses fuzis que vocês estão vendo, que são armas longas, entram pelas fronteiras brasileiras, mas são feitas na Comunidade Europeia e nos Estados Unidos. A porta de entrada desse material é a fronteira seca do Brasil. Toda a droga que entra no território nacional é pela fronteira seca. O contrabando de cigarros tem trazido uma violência gigantesca. Vamos ver o que isso representa. Nós traçamos o eixo da violência, através de dados secundários, do próprio Governo Federal. Foi feita uma ruptura. O eixo da violência nas fronteiras, figurando como uma das cidades mais violentas da fronteira, quiçá das fronteiras brasileiras: Coronel Sapucaia, Paranhos, Guaíra, no Estado do Paraná, Mundo Novo, no Mato Grosso, Ponta Porã e Foz do Iguaçu.



Ora, Senhores, todas estas cidades aqui citadas fazem fronteira com o Paraguai. O que nós temos nessas áreas? Por que elas são tão violentas? É exatamente aquilo que disse tráfico de drogas, tráfico de armas e contrabando.

Se nós estamos dizendo que a segurança pública vai mal, que a saúde vai mal, que a educação vai mal e que o desenvolvimento econômico e social, que fazem parte de todos esses eixos especiais para o desenvolvimento também vão mal. Eu acho que o eixo deste combate não é só segurança pública, mas também o desenvolvimento dessas áreas. Precisamos focar nisso. Deixa-me muito contente ver a Fundação Getúlio Vargas acompanhando esse processo desenvolvimentista do lado paraguaio. Isso é muito importante porque é um dos principais países de todo esse problema que nós temos. Sabemos que com o desenvolvimento isso vai reduzir drasticamente. Vamos analisar alguns dados interessantes, a Balança Comercial entre Brasil e Paraguai é da ordem de 6 bilhões de dólares, sendo que o Brasil vende 4 para o Paraguai e importa 2 bilhões.

Se nós pegarmos, e com esse mecanismo desenvolvimentista que o Paraguai está adotando, a ideia é que haja uma equiparação dessa balança comercial: vamos trazer uma coisa mais justa para esses dois países.

Ora, Senhores, pasmem: essa balança já é equiparada. Nós já temos uma equiparação comercial, só que mais do que a metade desse valor que o Brasil importa é contrabando. Ou seja, só no contrabando de cigarros, para vocês terem uma ideia, nós temos 2,3 bilhões de dólares que entram todo dia pelas fronteiras brasileiras. E entra uma sugestão para que Fundação Getúlio Vargas, quando traz o Paraguai para discussão sobre desenvolvimento, que consiga também colocar essa discussão em pauta. Quer dizer, o desenvolvimento vai equiparar a balança comercial, mas e isso que está entrando ilegalmente pelas fronteiras?

Um dos caminhos — e nós estamos dizendo que o contrabando de cigarros é um dos maiores — seria um respeito à Convenção-Quadro, que a comunidade internacional foi signatária em 2012 e o Paraguai ainda não é, que traz todo tipo de combate à ilegalidade nos mercados de tabaco. Ou seja, precisamos trazer essas discussões para dentro dessa panela, ter esses ingredientes, avaliar quanto que se tem de ilegalidade para que possamos falar em desenvolvimento.



Bem, professor Moisés Dionísio, nós falamos aqui e reiteramos que 100 bilhões é a perda de contrabando, isso sem contar com todos os gastos em saúde pública, todos os gastos em segurança e todos os gastos em combate que se faz em todo o território nacional quando entram drogas, armas e contrabando. Então, esse valor de 100 bi é muito maior de que 100 bilhões. E só esse valor, Moisés Dionísio, daria para dobrar uma vez por ano todas as estradas federais brasileiras.

Imaginem um custo em torno de 1 milhão de reais o quilômetro de asfalto, se nós colocarmos esses 100 bi, o que nós teríamos de infraestrutura para escoar produtos legais e quanto desenvolveria a economia brasileira?

Bem, Senhores, se o Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu vê essa diferença de qual percentual das ações são ajuizadas, e o grande desafio é esse, como é que nós vamos trazer maior eficiência para esse combate? Porque senão nós não vamos ganhar esse jogo, porque esse jogo está sendo perdido, nós estamos perdendo isso de goleada.

Bem, Senhores, eu gostaria de ressaltar também que o IDESF desenvolveu nesse tempo diversos estudos com relação a essas áreas de fronteira, e um desses estudos que iniciamos é o custo do contrabando. Esses estudos estão disponíveis para os Senhores. Na sequência, nós conseguimos medir a eficiência das operações de fronteira, e não só das operações ágata, mas também da integração entre os órgãos de segurança, como a Receita Federal, através da Operação Escudo, como o Ministério da Justiça através da Operação Sentinela. Então, são esses dados que acabam trazendo condições em massa, para que nós possamos entender a importância de se investir nessas áreas de fronteira.

Bem, mais uma vez, eu gostaria de agradecer e me colocar sempre à disposição, e o nosso Instituto, para essas discussões dessas áreas de fronteira.

Obrigado. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Bastante comedido no uso do tempo, com muitas informações, como sempre. Essa perspectiva de desenvolvimento social da fronteira é essencial, foi falado por vários atores do processo de que é preciso gerar alternativa também para quem está lá na fronteira, para que o caminho prioritário não seja o crime como válvula de escape. Agradeço ao IDESF a contribuição.



Por último, o Dr. Waltoedson Dourado de Arruda, representando o SINDIFISCO, para encerrar os trabalhos desta mesa e também do Seminário.

O SR. WALTOEDSON DOURADO DE ARRUDA - Boa tarde, Deputado Efraim Filho, demais autoridades da mesa, colegas auditores, colega Silvia, representante dos analistas tributários.

É uma boa oportunidade participar do plano estratégico de fronteira. Eu fui chefe da DIREP, estive chefe da DIREP do Centro-Oeste, por 2 anos. Posteriormente,

Eu fui chefe da DIREP, estive chefe da DIREP do Centro-Oeste, por 2 anos. Posteriormente, assumia Divisão de Repressão, que é a DIREP Nacional, e, posteriormente, fiquei mais 1 ano como Coordenador-Nacional da COREP, que é a Coordenação de Repressão e Vigilância da Receita Federal. Tive a oportunidade de trabalhar, conversar, com alguns Senhores da mesa: o Luciano, o próprio Dionísio, o Vismona, nesse tempo, o que foi uma oportunidade única.

Bom, o nosso País continental apresenta, já tratado aqui, essa imensa fronteira terrestre. Mas outras portas de entrada e saída no País fazem com que seja necessário um controle de pessoas, veículos e mercadorias, e, por isso, a Receita se faz presente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira. São portas, nós sabemos que há uma grande dificuldade de colocarmos servidores e agente do Estado em todos esses pontos.

Não é à toa que o Brasil, eu já tive a oportunidade em evento internacional, e ouvirmos, e eu sentir uma certa vergonha de ouvirmos esses países falarem do Brasil como um grande exportador de drogas para o mundo. Esse controle de proteção da sociedade nas fronteiras, nós auditores-fiscais somos responsáveis legais pela análise de risco, despacho aduaneiro, exportação e importação, fiscalização aduaneira, coordenação de vigilância e repressão, e nas investigações.

Hoje, o fluxo de mercadorias exige mais agilidade no comércio exterior, e, para isso, precisamos investir na inteligência, aplicação de tecnologias, servidores motivados, capacitados, com suas atribuições definidas e carreiras específicas. No contexto das fronteiras terrestres, como o colega Murilo, Coordenador, apresentou, a Receita atua de forma integrada em diversas operações de repressão, com outros órgãos federais e estaduais, no combate ao contrabando e descaminho, no combate



aos crimes de lavagem de dinheiro, crimes fronteiriços, crime organizado e sonegação fiscal.

Eu gostaria de destacar duas operações que foram realizadas ano passado na região de Foz do Iguaçu em conjunto com a Polícia Federal. Uma delas, chamada Operação Sustenido, resultou na condenação de 40 pessoas envolvidas. E até aquele momento as operações que eram feitas eram aquelas que nós chamamos de “enxugar o gelo”, operações de apreensão de mercadoria, e pegamos os “formigas”. E um dado anteriormente citado, não sei se estou correto, é que mais ou menos na região de Foz do Iguaçu nós temos 15 mil pessoas da população que atuam diariamente no contrabando e descaminho, no transporte de mercadorias, no transporte formiguinha. Então, vocês veem que esse é um problema social também, que demanda políticas públicas nos Municípios fronteiriços, e não apenas um problema de repressão.

Especificamente, nessas duas operações, o combate foi na verdade a um grupo financeiro dessas pessoas envolvidas em diversas operações para pagamento do contrabando e descaminho, e até aí a Polícia Federal não havia atuado. Mas foi muito importante, porque percebemos vários grupos que atuam na região de fronteira, justamente para a evasão de divisas, lavagem de dinheiro, que envolvia também servidores dos bancos, facilitando esse grupo organizado, e eles eram apenas a parte financeira como meio para o contrabando de armas, cigarros, inclusive para pagamento de um sequestro.

Foi fundamental o trabalho da Receita Federal com a Polícia Federal. Nós temos diversas operações, como já foi falado, com a Polícia Rodoviária Federal, com o Ministério da Defesa nas estradas. Eu tive a oportunidade de participar de diversas operações em conjunto.

Hoje as principais dificuldades encontradas por nós, auditores fiscais, para o desempenho de nossas atribuições, previstas na Constituição e no Código Tributário Nacional, nas fronteiras terrestres são: indenização de fronteiras, que até hoje não foi regulamentada; reajuste das diárias, que hoje estão defasadas em aproximadamente 80% — grande parte dessas operações na fronteira são com servidores que vêm de fora, nós não usamos servidores lotados nas delegacias; recursos para projetos estruturantes — o colega apresentou para a Polícia Federal e



para a Polícia Rodoviária Federal que foram destinados 20 milhões. A Receita Federal não recebeu até hoje nenhum recurso do ENAFRON, apesar de estar previsto o convênio com os órgãos e a Secretaria de Estado, mas a Receita não recebeu nenhum recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Até agora nada?

O SR. WALTOEDSON DOURADO DE ARRUDA - Sim, do que eu tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Até agora nada? O Governo não mandou nada para lá?

O SR. WALTOEDSON DOURADO DE ARRUDA - Até hoje, do que eu tenho conhecimento.

Grande dificuldade também é a questão da integração nas áreas de inteligência, operações e projetos estruturantes integrados. Nós temos dois projetos muito interessantes dentro da Receita Federal. Um deles seria alguns postos integrados de fronteira em que nós teríamos na delegacia, a Polícia Rodoviária Federal lá.

Nós precisamos ter no projeto alguns postos integrados distantes um pouco da fronteira, mas que dariam um apoio logístico para todas as forças. Nós sabemos que há várias estradas vicinais na fronteira.

Então, até hoje nós não conseguimos o recurso necessário. Isso não seria só para a Receita. Ela executaria em conjunto com a Receita Federal, a Polícia Rodoviária e também o Ministério da Defesa.

Além disso, a questão do porte de arma institucional e particular dentro e fora do serviço, não apenas para os auditores, mas também para os analistas tributários. Nós temos a Medida Provisória nº 693, que foi encaminhada pelo Governo, que não nos atende. Eu acho que não atende também os analistas. A previsão dá a arma institucional, mas o porte particular exige que o auditor ou o analista seja ameaçado e seja registrado o B.O. para depois ele conseguir o porte e a arma. Então, até lá ele já está morto, concordam?

Nós tivemos, nos últimos anos, 11 atentados contra os auditores. Eu não sei contra os analistas, mas contra os auditores foram 11. Eu tive um amigo, em 2007, o Jesus, chefe da Divisão de Repressão de Fortaleza, Piauí e Maranhão, que, às 11



horas da manhã, ele me ligou para fazer uma consulta. Ele estava no porto de Fortaleza fazendo uma apreensão. Meio dia e vinte, ele estava se dirigindo para casa, então ele estava fora de serviço, quando foi abordado e alvejado por vários tiros, três na cabeça. Por algumas horas, ele foi colocado no necrotério como morto, mas, por sorte, a sua sobrinha esteve lá e viu que ele ainda tinha vida, o resgatou e o levou para o hospital. Hoje ele está vivo, com sequelas e com proteção. O nome dele é Jesus não é atoa. Esse é um exemplo, mas nós tivemos várias mortes.

Citando outro, o Sevilha, em Maringá, atuando na Operação Dilúvio, de vários grupos, inclusive do exterior. Ele estava investigando sozinho, indo para casa, fora do horário de serviço, e foi morto.

Outro colega, combatendo a máfia chinesa, teve sua cabeça cortada, retirada e todos os dedos das mãos foram também retirados em 2002. Eu era analista naquela época. Temos vários exemplos. Eu, particularmente, na Divisão de Repressão, fui ameaçado por um colega na investigação e, graças a Deus, ele respondeu a um processo criminal na Polícia Federal.

Dessa forma, nós precisamos de um porte para os auditores, para os analistas. Não podemos aceitar isso. Foi o Governo que encaminhou essa proposta de porte de arma, mas precisa mudá-la. Precisamos de aquisição de estruturas. Hoje, as equipes que estão nos portos e aeroportos não possuem nem narcotestes, que são *kits* para fazer o teste para ver se é droga ou não.

Faltam equipamentos, faltam materiais para o desempenho das nossas atribuições. Precisamos de capacitações para as equipes operacionais e de inteligência. Essas são as nossas principais dificuldades na região de fronteira terrestre.

Hoje, como eu falei, os recursos do Plano Estratégico de Fronteiras contemplam somente os órgãos do Ministério da Justiça. Precisamos que a Receita Federal também seja ouvida e, no plano estruturante, também seja contemplada com recursos na aplicação. São recursos e equipamentos não só para o uso da Receita Federal. Por que a Receita Federal ou a Polícia Federal tem que ter um equipamento de raios X? Nós falamos várias vezes sobre isso. Precisamos de recursos que podem ser compartilhados, porque aquele lá é um recurso Federal escasso que, muitas vezes, exige investimentos altos. Então, esses recursos podem



ser compartilhados. Isso atenderia a todos os órgãos que estão na região de fronteira.

Enfim, o Plano Estratégico de Fronteiras foi criado, mas precisa ser aperfeiçoado. É a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir.

O SR. WALTOEDSON DOURADO DE ARRUDA - Para isso, os auditores defendem a valorização dos seus servidores que atuam na região de fronteiras e que haja recursos disponíveis para investimentos. Nós também defendemos o fortalecimento da Receita Federal por meio de sua autonomia administrativa, gerencial e orçamentária, pela aprovação da PEC 186, como previsto, não só para a Receita Federal como também para todos os fiscos. O senhor deve ter conhecimento disso.

Além disso, defendemos melhores condições de trabalho para os auditores e também para os demais servidores da Casa e valorização do cargo não só nos aspectos remuneratórios. Contestamos o desvio de função que hoje existe em relação aos auditores fiscais; em torno de 40% atuam na atividade-fim. Então, nós defendemos que, antes de haver concurso público, pelo Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, que esses auditores que estão em desvio de função sejam colocados na fiscalização na faixa de fronteira, nos portos e aeroportos e também no combate à sonegação, na fiscalização em geral, o que muito contribuiria para o ajuste fiscal da situação pela qual hoje estamos passando no País

Agradeço pela oportunidade e boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Agradeço ao Sr. Waltoedson Dourado de Arruda, que, representando o SINDIFISCO, fecha com chave de ouro nosso encontro. Não vou falar nem audiência pública, porque ficou muito mais parecido com um seminário, que poderia ter se alongado durante todo o dia, mas com o poder de concisão e de síntese de todos aqui, como pedido pela Mesa, trouxeram aquilo que consideravam mais relevantes.

Temos a nossa equipe de consultoria da Casa, que fez as anotações, para que possamos evoluir nesse Plano Estratégico de Fronteiras. Tivemos o depoimento do Waltoedson assim como o da Sílvia e do Murilo, que fazem parte da Receita Federal do País. É inadmissível como há uma governança com um olhar míope, de



pequeno alcance, e que o órgão responsável pela arrecadação do País enfrente tantas dificuldades banais, de pequenos investimentos em tecnologia, em instrumentos, que vão só ajudar a arrecadar mais. É realmente uma falta de prioridade naquilo que realmente pode produzir efeitos. Há crise de ordem no País. Nossa bandeira já diz: é ordem e progresso. Quando há desordem, infelizmente, o progresso não chega.

Vimos o trabalho de fronteiras tanto da parte policial, propriamente dita, de segurança pública, como reportamos — o Moisés, aqui, representa esse laço —, quanto da parte social — aqui temos o Vismona e o Luciano que a representam — e da parte econômica com essa visão da Receita Federal, que a Silvia, o Waltoedson e o Murilo representaram.

Acho que tivemos, sem dúvida alguma, um momento bastante completo e bastante complexo dessa visão. Sobre a questão do adicional de fronteira, quando fui Presidente desta Comissão em 2012 — está ali a minha fotinho na galeria dos ex-Presidentes —, trouxemos o Ministro José Eduardo Cardozo, trouxemos diversas categorias — por isso eu lembrava também da indenização que o senhor citou e eu lembrei que havia o Ministério do Trabalho —, fizemos a pressão, pressionamos, saiu o compromisso e aprovamos a lei. Só que nem sempre, eu dizia aqui, a lei é a solução, porque existe algo chamado regulamentação da lei, que diz quem paga, quando paga e quanto paga.

Então, o Governo aprovou a lei e foi uma vitória de Pirro daqueles que comemoraram e achavam que estava solucionada uma das grandes carências, pois seria exatamente o reconhecimento para quem está em áreas inóspitas. De lá para cá, passaram-se já 2 anos, sem muita perspectiva, em virtude da crise econômica que o País embarcou, de que esse adicional de fronteira se transforme em realidade. O Ministro José Eduardo Cardozo falou que poderia ser para 2016. No Orçamento do Governo, salvo engano, não há essa previsão e se tiver ou for acrescentada, corre-se o risco de contingenciamento. Então, continuaremos absolutamente nessa luta.

Em nome da Comissão, agradeço, pela presença, aos convidados, que nos honraram com suas exposições e seus esclarecimentos. Agradeço também a todos que compareceram a esta reunião de audiência pública. De minha parte, há o



reconhecimento e a valorização do trabalho desenvolvido por cada um dos senhores: Forças Armadas, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal com seus auditores e analistas, sociedade civil organizada. Todos que passaram por aqui, hoje, indubitavelmente, fazem um trabalho que, pelo que foi dito, Moisés, ultrapassa a capacidade dos seus respectivos órgãos. Doam-se, enfrentando todas as dificuldades, mas infelizmente esse reconhecimento, essa valorização não chega. Está aí a prova. Todos os dados que foram trazidos pela Justiça, pelo Ministério Público Federal, por todos os órgãos mostram que as apreensões têm aumentado, as fiscalizações têm aumentado, mas a impunidade precisa ser combatida, porque ela é um mal maior e o contrabando acaba atingindo a vida de todos nós. É um crime que prejudica a todos e por isso é necessária essa força-tarefa para chegarmos lá.

Nada mais havendo a tratar vou encerrar os trabalhos. Antes, porém, convoco Reunião Deliberativa Ordinária para o dia 2 de dezembro, quarta-feira, às 14 horas, neste mesmo plenário, para deliberação de proposições constantes em pauta já divulgada da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Declaro encerrada a reunião e agradeço a todos os presentes.